

# Moramamos na UFRGS



As experiências, os problemas e os laços que resultam do convívio nas Casas de Estudante

*CadernoJU*

Raíssa Kist, Patrícia Sudre, Mara Marques e Caroline Marques se conheceram na Casa do Estudante do Câmpus Saúde

FOTOS: FLAVIO DUTRA/JU

## TRANSGÊNERO

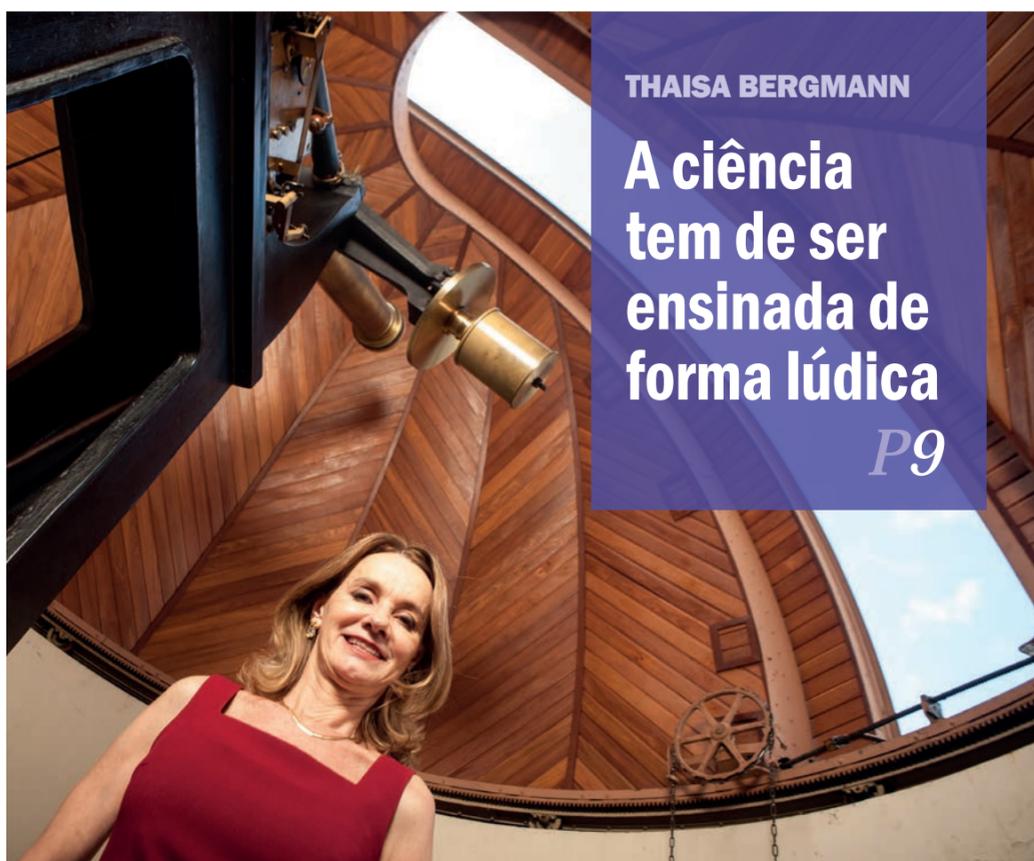
### Um direito reconhecido

Aprovada no final do ano passado, a resolução do Consun que garante o direito de utilização do nome social em todos os documentos de uso interno da UFRGS integra uma iniciativa de escolas e instituições de ensino de todo o Brasil. Isabel Klein, graduada em Engenharia Elétrica em 2014, teve a alegria de ver seu nome alterado nos registros da Universidade. A jovem considera que a medida representa um avanço, apesar do pequeno impacto diante da discriminação. **P7**

## DIPLOMACIA

### Cuba depois do bloqueio

O fim do embargo estadunidense rompe quase 50 anos de isolamento e surge em um momento no qual as reformas realizadas por Raúl Castro reduzem o número de funcionários públicos e permitem a abertura de pequenos negócios no país caribenho. Além de gerar especulações sobre a manutenção ou não da política estatal comunista, a mudança também abre espaço para que a China ganhe competitividade na América Latina, disputando mercados com os EUA. **P10**



THAISA BERGMANN

A ciência tem de ser ensinada de forma lúdica

**P9**

## ECONOMIA DA CORRUPÇÃO

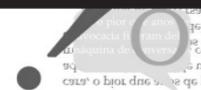
Efeitos perversos para além dos indicadores econômicos

**P5**

**Pesquisa no Brasil**  
A maioria opta por seguir caminhos já desbravados **P4**

**FIES**  
Programa gera críticas por investir no setor privado **P8**

**Literatura**  
As raízes do gaúcho na obra de Simões Lopes Neto **P13**



## Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto  
Reitor

# Avanços importantes

O retorno ao pleno funcionamento dos Restaurantes Universitários da UFRGS, reabertos após a contratação de uma nova empresa responsável pela operação das unidades, restabeleceu um dos pilares da assistência estudantil. Todos os restaurantes receberam reformas, em maior ou menor escala, e as cozinhas passaram a contar com novos e mais seguros caldeirões. A retomada das atividades significou um alívio para muitos dos integrantes da comunidade universitária, para os quais as refeições a preços reduzidos são um item fundamental para assegurar a permanência na instituição. Atualmente, a Universidade tem 2.252 estudantes de baixa renda beneficiados com isenção total nas refeições. Esse número deverá aumentar em 2016, já que no próximo vestibular a UFRGS irá ampliar de 40 para 50% a reserva de vagas para cotistas,

atendendo à norma do governo federal. Também foi inaugurado o refeitório do Câmpus Litoral e, até o final deste mês, o novo RU, situado defronte ao prédio do Instituto de Informática do Câmpus do Vale, entrará em funcionamento. Esse restaurante será o primeiro a adotar o uso de pratos, em lugar das tradicionais bandejas, medida que será implantada paulatinamente nas demais unidades para diminuir o desperdício de alimentos e os custos de seu descarte. Por meio dessas ações, a Administração Central procura garantir os serviços essenciais, assegurando a qualidade de vida dos integrantes da comunidade universitária e o cumprimento da necessária e correta política de assistência estudantil.

A liberação de 1/12 do orçamento para o mês de março, em comparação aos 1/18 autorizados em janeiro e fevereiro, devido ao ajuste fiscal motivado

pelo fraco desempenho da economia, representou um alívio na gestão das despesas de custeio. A seguir, com a sanção presidencial da recentemente aprovada Lei Orçamentária, poderemos definir com clareza o planejamento anual da Universidade de forma a manter e avançar em ações visando à inclusão, à qualidade acadêmica e à assistência estudantil.

Por fim, o anúncio de Renato Janine Ribeiro, professor de ética e filosofia da USP, para o cargo de ministro da Educação, vem recebendo o apoio de diversas entidades ligadas à área. Pensador crítico, pesquisador, membro ativo de sociedades científicas e com experiência de gestão na CAPES, o novo ministro tem o perfil de educador engajado, com boas ideias e comprometido com o Plano Nacional de Educação. Seu sucesso à frente do MEC será o avanço da Educação em todos os níveis.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91004-900  
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

**Reitor**  
Carlos Alexandre Netto  
**Vice-reitor**  
Rui Vicente Oppermann  
**Chefe de Gabinete**  
João Roberto Braga de Mello  
**Secretário de Comunicação Social**  
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS  
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497  
Email: jornal@ufrgs.br

**Conselho Editorial**  
Ánia Chala, Cassiano Kuchembecker Rosing, Cida Golim, Luiz Carlos Pinto, Michéle Oberson, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer, Temístocles Cezar

**Editora** Ánia Chala

**Subeditora** Jacira Cabral da Silveira

**Repórteres** Ánia Chala, Everton Cardoso, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

**Projeto gráfico** Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Cademro JU)

**Diagramação** Kleiton Semensatto da Costa

**Fotografia** Flávio Dutra (Editor), Gustavo Diehl e Ramon Moser

**Revisão** Antônio Paim Falcetta

**Bolistas (Jornalismo)** Jéssica Menzel, João Pedro Teixeira e Laura Pacheco dos Santos

**Circulação** Cristiane Lipp Heidrich e Juliana Gonçalves Mota

**Fotolitos e Impressão Gráfica** da UFRGS

**Tiragem** 14 mil exemplares

**f** jornaldauniversidade

## Mural do leitor

jornal@ufrgs.br

Em janeiro, contribuí para o JU com uma reportagem sobre políticas de inclusão na educação superior. Recebi, por email, oito questões, às quais respondi por escrito. Ao ler a matéria "Luta pela inclusão", publicada na edição de março, fiquei surpresa e decepcionada com o fato de que informações a mim atribuídas foram apresentadas de forma incorreta e fora do contexto. Para melhor esclarecimento dos leitores, reproduzo minha resposta quanto à experiência da UFRGS relativa ao ingresso de cotistas.

Na UFRGS, o que mudou ao longo dos anos para que houvesse uma maior inserção de negros e jovens de baixa renda? A partir de 2008, a UFRGS reservou um total de 30% das vagas em todos os cursos para alunos oriundos de escolas públicas, sendo a metade

desse percentual para afrodescendentes. Caso em algum curso as vagas não fossem preenchidas por uma dessas categorias, elas seriam aproveitadas pelas demais categorias de candidatos. Isso significou a entrada de um maior número de estudantes pobres e negros na Universidade. Antes do estabelecimento de cotas raciais, apenas 3% dos aprovados se autodeclaravam negros (incluindo nesta categoria pretos e pardos). Com a adoção das ações afirmativas, esse percentual passou para 11%. De 2008 a 2011, grande parte das cotas raciais foi utilizada por estudantes brancos de escolas públicas, ou seja, as cotas raciais passaram a ser apenas sociais. A partir da avaliação da experiência dos quatro primeiros anos, a UFRGS decidiu alterar o processo de seleção de 2012. Com

a mudança, 20 cursos tiveram todas as cotas raciais preenchidas por alunos de escolas públicas autodeclarados negros. Em anos anteriores, o número de cursos que ocupavam todas as vagas para cotas raciais girava em torno de cinco. No caso da Medicina, um dos cursos mais seletivos, em que no período de 2008 a 2011 só entraram três estudantes autodeclarados negros, no ano de 2012 foram preenchidas as 21 vagas das cotas raciais. A avaliação das ações afirmativas na UFRGS permitiu que se aprimorasse o Programa, para que ele pudesse melhor atingir seus objetivos. Este é um exemplo exitoso que deve ser mais bem conhecido.

► Arabela Campos Oliven, Profa. do PPGEdu/UFRGS

## Artigo

# Por que poupamos tão pouco?

Essa é uma pergunta complexa de ser respondida. Talvez porque a resposta envolva ingredientes comportamentais que, na maioria das vezes, acabam não sendo suficientemente explicados pela economia clássica, ao presumir que somos predominantemente racionais e que conhecemos todas as informações pertinentes às nossas decisões.

Vocês já repararam que em muitas situações da nossa vida queremos alguma coisa e acabamos por fazer outra? Pois é, escolher e decidir, aparentemente, parecem ser questões simples. Isso acontece porque, na maioria das vezes, não estamos nem nos dando conta desse processo. Estudos dizem que realizamos, em média, entre seis e sete mil escolhas por dia, desde as mais simples até as mais complexas. Estima-se que 85% das nossas decisões são feitas de forma automática, por exemplo, quando atendemos uma ligação no celular e estamos dirigindo, quando nos matriculamos na academia de ginástica e não aparecemos nas aulas, quando preferimos devorar um fast food em 5 minutos em vez de almoçar algo saudável. Herbert Simon, Nobel de Economia em 1978, estava correto ao afirmar que não somos 100% racionais. Como a nossa racionalidade é limitada e nem sempre temos total controle sobre as nossas decisões, é muito comum que a gente se atralhe em certas escolhas, até mesmo naquelas em que o prejuízo recai sobre nós mesmos quando, por exemplo, nos endividamos comprando coisas que não

precisamos ou, pior, nem poderíamos ter.

Somos um país que poupa pouco. No Brasil, a poupança das famílias não tem superado 5% do PIB nos últimos anos. Ao contrário da China e da Índia, onde a poupança das famílias se situa em um patamar em torno de 25% do PIB. O brasileiro poupa pouco, sim. Um exemplo que confirma esse dado é apontado na pesquisa do HSBC intitulada *O futuro da aposentadoria* – oito em cada dez aposentados se arrepende de não ter poupado mais para esta fase da vida.

Historicamente, migramos de uma sociedade de produção para uma sociedade de consumo. Vivemos em um mundo de gastos excessivos e que privilegia o ter, o aparentar, em que se sobressai a falta de políticas públicas e educacionais que estimulem o consumo consciente e responsável. Nesse contexto, a prioridade acaba sendo o prazer imediato, a satisfação dos desejos a cada instante. E como poupar hoje para desfrutar algo no futuro não nos traz satisfação imediata, acabamos priorizando as escolhas no curto prazo. Privilegiamos o presente e desdenhamos um futuro tão incerto e distante. Somos vulneráveis às tentações, ao imediatismo, e vivemos, sobremaneira, o curto-prazismo. Basta observar que a maioria de nós passa mais tempo planejando uma festa de aniversário do que a própria sua vida. Sofremos de uma espécie de 'miopia temporal': visão encurtada que prioriza o presente e negligencia o futuro. O principal prejuízo dessa desordem é não

darmos conta dos desafios de longo prazo que a nossa época nos impõe, dentre os quais está a necessidade de administrarmos equilibradamente os recursos finitos, como dinheiro, tempo, esforços pessoais, relacionamentos, saúde e recursos ambientais.

Outro inimigo responsável por esse deslize comportamental tem a ver com o fato de que odiamos perder. Odiamos perder tempo, dinheiro, o lugar na fila, uma discussão, a chave de casa e, para evitar o desconforto emocional ao ter de enfrentar as perdas e frustrações, acabamos por usar um mecanismo psicológico: o autoengano. Esse subterfúgio é uma espécie de "anestésico emocional" que desvia a nossa atenção de situações incômodas. Vamos a um exemplo.

De maneira geral, é extremamente angustiante para nós resistir ao apelo de trocar nosso aparelho celular (ainda que esteja funcionando bem e seja adequado às nossas necessidades) quando mais da metade dos nossos amigos já possuem o último modelo super-high-tech. No momento em que surge esse dilema, se instala o conflito: resistir e continuar com o aparelho antigo (e não ter vergonha de colocá-lo sobre a mesa ao lado dos aparelhos dos amigos) ou sacar o dinheiro "virtual" (cartão de crédito) e parcelar em 12 prestações o alívio para o nosso desconforto, mesmo que para isso tenhamos de mexer na poupança da tão sonhada viagem que programamos para daqui a seis meses? Na maior parte das vezes, diante da frustração pelo

adiamento de uma gratificação imediata, acabamos por sacrificar uma reserva futura em prol do ganho/prazer instantâneo. O impulso de gastar e usufruir algo no presente acaba medindo forças com o amanhã. Portanto, só boas intenções não bastam. Somos muito mais vulneráveis a "forças invisíveis" nas nossas decisões econômicas do que gostaríamos.

Herbert Simon nos trouxe a noção de que nossas decisões são realizadas com base em uma "racionalidade limitada". A partir dessa ideia, surgiram novos campos do conhecimento, como a economia comportamental, a psicologia econômica e a neuroeconomia, que buscam explicar o comportamento econômico das pessoas. A partir de pesquisas experimentais, tornou-se evidente que somos menos racionais do que a teoria econômica clássica presumia. Nossos julgamentos e decisões são influenciados diretamente pela maneira como percebemos uma determinada situação. Gastar, poupar, investir, contrair dívidas, entre outros, são, portanto, comportamentos realizados por seres pensantes, mas falíveis, que cometem erros de pensamento influenciados por emoções e pelo contexto em que estão inseridos. E, muitas vezes, essa "negligência inocente" acaba cobrando um preço muito elevado no médio e, principalmente, no longo prazo.

**Sérgio Rangel**  
Atuário e professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

RAMON MOSER/JU



O restaurante universitário do Câmpus Centro, que retomou suas atividades em 16 de março, tem um intenso movimento de estudantes

# RUs reabrem com novidades

## Restaurantes 2015 começa com mais opções de espaços e cardápios

Em março, voltaram a funcionar os Restaurantes Universitários do Câmpus Centro, do Vale, da Saúde e da Agronomia e Veterinária. As unidades reabriram após a contratação da empresa Ondrepsb, terceirizada responsável pela operação dos RUs. Os restaurantes estavam fechados devido ao não cumprimento do contrato pela empresa terceirizada vencedora da licitação realizada no final de 2014. Após a definição do novo fornecedor, a Universidade e a Ondrepsb acordaram a redução do prazo legal para o início das operações, a fim de minimizar os prejuízos e transtornos causados pela suspensão da oferta de refeições à comunidade universitária.

Excetuando o RU-Agronomia, que não abre à noite, os demais servem almoço e janta, totalizando em média 9.717 refeições/dia. Para dar conta do preparo dos alimentos e da higienização nos refeitórios, a empresa terceirizada precisa preencher 221 postos de trabalho distribuídos entre as funções de cozinheiros, auxiliares e copeiros. Conforme Rita de Cássia Costa Corbo, diretora da Divisão de Alimentação da UFRGS, entre as normas do contrato estão experiência e capacitação dos trabalhadores de acordo com a exigência do cargo.

No entanto, por mais prática que os novos funcionários dos RUs tenham acumulado, alguns deles levaram certo tempo para se ajustar ao grande número de frequentadores dos restaurantes: “Eles tiveram que se adaptar à produção de tantas re-

feições”, conta a nutricionista-chefe do RU1-Centro, Ludymila Schulz Barroso. Segundo ela, em apenas um dia do mês de março foram consumidas 3.300 refeições, e sua perspectiva é de que esses números permaneçam durante o ano.

Além das mudanças no quadro funcional do setor, também foram adquiridos novos caldeirões para todas as unidades, que estão sendo usados especialmente para o cozimento de feijão e de arroz. Só no RU-Centro, por exemplo, que oferece almoço e janta diariamente, são preparados cerca de 240 quilos de feijão por dia. Na avaliação de Ludymila, as novas panelas são mais seguras, e o fato de os fornecedores terem capacitado os cozinheiros para o seu uso comprova a importância da utilização de equipamentos de boa procedência.

**Novos espaços** – Também no mês de março foi inaugurado o novo refeitório do Câmpus Litoral Norte, em Tramandaí, com capacidade para servir 400 refeições diárias. Por enquanto, o RU-Litoral oferece apenas o almoço, mas está programado o serviço de jantar assim que houver aulas noturnas. Até o final deste semestre está prevista a abertura de um novo restaurante no Câmpus do Vale, o RU6, próximo ao Instituto de Informática, com capacidade para servir 2.500 refeições/dia.

Ele oferecerá novidades, como a oferta de opções vegetarianas de alimentos e o uso de pratos em lugar das tradicionais bandejas. Rita de Cássia revela que, até o início do segundo semestre, o sistema dos pratos será implantado em todas as unidades: “A principal vantagem dessa substituição será a redução do desperdício de alimentos, uma vez que com as bandejas o usuário geralmente serve uma quantidade superior ao que está acostumado a consumir nas refeições em que

utiliza prato”, argumenta.

Quanto ao cardápio vegetariano, a coordenadora ressalta que o novo RU contará com uma preparação à base de soja ou outra leguminosa em substituição ao prato proteico. “Não será necessariamente um bufê vegetariano, pois as demais preparações seguirão o cardápio dos outros RUs”, esclarece. Considerando a situação atual dos restaurantes, Rita de Cássia afirma que não há previsão de estender a substituição do prato à base de carne por outra preparação, devido à grande demanda: “Atualmente, não é possível criar uma nova linha de produção para uma preparação

extra nas demais unidades”.

Por mais que a reabertura dos restaurantes tenha provocado a alegria dos usuários depois de tantos percalços, nenhum fato ou novidade foi tão bem-recebido quanto o retorno do feijão às bandejas dos estudantes e demais frequentadores dos RUs. Desde muito antes do final de 2014, esse ‘pretinho básico’ da refeição nossa de cada dia andava sumido dos painéis das cozinhas universitárias. “Colocamos uma caixa para comentários e sugestões junto à saída do RU, e um dos principais elogios refere-se à volta do feijão”, compartilha Ludymila.

## Alfabetização audiovisual

### 7.º Festival Escolar de Cinema

Luis Fernando Verissimo participará da abertura do 7.º Festival Escolar de Cinema que ocorre de 15 a 28 deste mês em diferentes espaços culturais de Porto Alegre, entre eles a Sala Redenção da UFRGS. A sessão especial programada para o dia 17 na nova Cinemateca Capitólio exibirá *As Aventuras do Avião Vermelho*, animação de produção local inspirada na obra de Erico Verissimo. O Festival integra o Programa de Alfabetização Audiovisual, que compreende um conjunto de ações realizadas pela UFRGS em parceria com as secretarias municipais da Cultura (SMC) e da Educação (SMED). A iniciativa conta com financiamento do Ministério da Educação por meio do Programa Mais Educação, que tem como principal objetivo a aproximação entre estudantes e educadores da Rede Pública de Ensino de Porto Alegre.

De acordo com a coordenadora do Programa e professora da Faculdade de Educação da UFRGS (Faced), Maria Carmem Silveira Barbosa, a ideia é trabalhar com a alfabetização em mídias, promovendo o acesso, a reflexão e a produção de conteúdos, além de afirmar a importância da democratização do audiovisual e da sua inserção nos ambientes educacionais enquanto linguagem. “Se o audiovisual e o mundo virtual estão presentes na cultura contemporânea, por que a escola, espaço designado para a formação humana e para o compartilhamento dos conhecimentos, não está assumindo essa tarefa?”, provoca.

Segundo Maria Angélica dos Santos, coordenadora de Cinema da SMC, a expectativa de público para a sétima edição do Festival é de 12 mil alunos, englobando da Educação Infantil à Educação de Jovens e Adultos. Na Sala Redenção haverá duas sessões diárias, às 9h30min e às 14h, com entrada gratuita. Entre os títulos selecionados por Marcus Mello e Leonardo Bomfim estão *Crianças na Floresta*, versão dos Estúdios Disney para a história de João e Maria, dos Irmãos Grimm, e um trecho do clássico *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin. A programação completa está na página [alfabetizacaoaudiovisual.blogspot.com.br](http://alfabetizacaoaudiovisual.blogspot.com.br). Antes do início do Festival, no dia 10 de abril, a professora Adriana Fresquet proferirá palestra às 9h30min na sala 102 da Faculdade de Educação, em que abordará o tema *Cinema e Educação: a força da intersecção*. Adriana é fundadora da Rede Kino: Rede Latino-americana de Educação Cinema e Audiovisual e consultora do Programa Alfabetização Audiovisual.



UFRGS TV

## Pesquisa em Pauta

### Cosmopolíticas na Amazônia

A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, na Amazônia brasileira, iniciou-se em meados da década de 80, visando ao aproveitamento energético brasileiro, constituindo-se o maior projeto nacional daquele século. Desde então, conflitos ambientais e sociais em torno dessa obra vêm se fazendo cada vez mais presentes.

Para a discussão e a problematização do assunto, o Pesquisa em Pauta busca mostrar algumas questões que envolvem esse conflito de natureza social, ambiental e política. O empreendimento de 30 bilhões de reais tem dividido opiniões dos moradores de Altamira e do Brasil todo. Por isso, a professora e doutora em Sociologia Lorena Fleury aborda em sua tese justamente os impactos ambientais e sociais causados pela obra em contraponto às políticas de desenvolvimento.

Em seu trabalho, Lorena fala de Belo Monte como uma obra controversa que, mesmo gerando milhões de empregos, asfaltando a rodovia Transamazônica, trazendo crescimento e infraestrutura a Altamira, gera impactos ambientais e sociais de grande porte. O deslocamento de mais de 20 mil indígenas e ribeirinhos é um desses impactos, assim como o desvio do curso do rio, que pode provocar alagamentos e secas, desmatamento e extinção da pesca nativa. Por todos esses pontos, a construção já foi paralisada e retomada diversas vezes.

“Falar em desenvolvimento é inquestionável, mas o problema é qualificá-lo. De que tipo de desenvolvimento estamos falando?”, questiona. Em sua entrevista, Lorena pontua que há visões muito diferentes sobre esta palavra quando se trata de Belo Monte, e a sua pesquisa traz elementos fundamentais para entendermos esse conflito.

Marihá Gonçalves, *aluna do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico*

## Assista ao programa

O programa Pesquisa em Pauta sobre a usina de Belo Monte vai ao ar no dia 23 de abril, às 18h, com reprise às 23h, na UNITV, canal 15 da NET POA



# Reflexões sobre a pesquisa científica e seu financiamento

Silvia Stanisquaski Guterres\*

As atividades de pesquisa e da pós-graduação vêm sendo cada vez mais balizadas por parâmetros quantitativos com reflexos diretos no financiamento de projetos. As publicações científicas são classificadas por meio de sistemas métricos relacionados aos seus fatores de impacto. Diferentes países têm diferentes sistemas, mas guardam em comum o aspecto quantitativo (performance-based research funding). Embora ainda haja controvérsias em relação a essa abordagem produtivista, ela ganhou força e uso por parte das agências de fomento à pesquisa ao redor do mundo. Periódicos especializados, como o *Research Policy* e o *Scientometrics*, discutem o tema. Há quem tenha a opinião de que pesquisas muito inovadoras não encontram o seu caminho em revistas de alto impacto justamente por seu caráter inovador. Nessas revistas haveria forte incentivo para a divulgação de resultados mais conservadores, a dita mainstream research. Há ainda a alegada dificuldade de publicar resultados de interesse local.

## Existe uma atmosfera de pouca ousadia, e a maioria opta por caminhos já desbravados

Por outro lado, os sistemas baseados em rankings são transparentes, permitindo ao pesquisador balizar o seu perfil frente ao universo que o cerca. O fator de impacto de um periódico é o resultado da qualidade dos trabalhos nele publicados. Bastante flutuantes, os fatores de impacto funcionam como uma bússola que sinaliza onde está a fronteira do conhecimento para cada área. A utilização de rankings combinada com a avaliação qualitativa por especialistas seniores me parece ser a abordagem mais interessante para o delineamento das atividades relacionadas à pesquisa e à pós-graduação.

A identificação de linhas prioritárias para a pesquisa acontece em dois universos distintos: aquele do formulador de políticas públicas e aquele do pesquisador e sua rede de colaboração, na qual determinado tópico é escolhido com base em critérios mais específicos. Do ponto de vista das políticas públicas, é evidente que a seleção de temas prioritários deve atender às necessidades nacionais, levando em consideração a infraestrutura para a sua realização. Mas ciência é ciência, e os temas emergentes situados à fronteira do conhecimento assim o serão, independentemente da geopolítica.

Existem vários bancos de dados que categorizam a produção científica global. Trata-se de um material valioso que, na opinião de alguns especialistas, ainda é pouco explorado para a identificação de temas emergentes de pesquisa. A utilização de cruzamentos simples nos bancos de dados, considerando palavras-chave e incidência temporal, é uma forma de identificar temas promissores. O problema dessa técnica é que os fatos já aconteceram e a qualidade do levantamento

depende da pertinência das palavras-chave indexadas. Há evidências de que a utilização das citações como parâmetro seja uma ferramenta mais eficiente para levantar tendências.

Na perspectiva da liberdade acadêmica e como pesquisadora, tenho feito as minhas escolhas dos temas a serem desenvolvidos com base no impacto que prospecto para os resultados a serem publicados, sempre com o objetivo de estar próxima à fronteira do conhecimento de minha área específica de atuação na formatação de cada projeto. Não é nada fácil. Considerando que a ciência no Brasil acontece preponderantemente no ambiente da pós-graduação, é necessário incluir nessa equação um termo central, o pós-graduando.

Alguma dificuldade pode emergir no alinhamento entre o tópico experimental a ser investigado no laboratório e o perfil do estudante. Por um lado, o orientador é cobrado por uma produtividade quali-quantitativa elevada, pois vivemos um momento que Teresa Cristina Rego sintetizou com a frase: "Publish to exist and be cited in order not to disappear or be forgotten". Por outro, há o pós-graduando, cientista novato, cuja formação é nossa responsabilidade. Para a escolha do tema de tese é necessário correr riscos, se aventurando nas fronteiras do conhecimento, nas quais as incertezas são maiores? Penso que sim. Forçar novos limites também qualifica a formação do pós-graduando.

Resultados negativos sempre fizeram parte da ciência. Afinal, se uma hipótese foi validada dentre duas propostas é porque uma foi refutada. Embora os resultados experimentais negativos também nos ensinam muito, eles podem comprometer a possibilidade de publicações de impacto. Minha percepção é que a minimização dos riscos é uma conduta frequente na comunidade científica brasileira. Há certa atmosfera de pouca ousadia. Majoritariamente a cultura da pesquisa no nosso país ainda é a de optar por caminhos já desbravados, gerando uma ciência de qualidade, mas incremental, com incipiente característica disruptiva. Essa cultura precisa mudar. Tem de haver espaço para o risco.

A ciência brasileira é recente no cenário global, mas já avançamos muito. De acordo com o levantamento da empresa Thomson Reuters, em 1993 o Brasil ocupava a 24.<sup>a</sup> posição no ranking dos países com maior produção científica, alcançando a 13.<sup>a</sup> posição em 2013. É um processo que somente continuará se desenvolvendo se houver aportes financeiros continuados por meio de programas de fomento em áreas estratégicas. Nada é mais nocivo ao avanço da ciência do que interrupções no financiamento. Programas de longa duração permitem o aprofundamento das pesquisas e o aumento de seu impacto. Dos Estados Unidos vem um ótimo exemplo, a Iniciativa Americana para a Nanotecnologia (*National Nanotechnology Initiative*). Desde o seu estabelecimento, em 2001, o Programa já destinou 21 bilhões de dólares para pesquisas em nanociência e nanotecnologia (NN). Com isso, a produção científica americana em NN passou de 22.637 documentos publicados até 2000 para 241.560 até 2015 – um crescimento superior a 1.000% (*Web of Science*).

Nos últimos anos, grande parte do fomento público brasileiro se destinou a projetos tecnológicos em parcerias com



FLAVIO DUTRA/ARQUIVO JU - JAN/FEV/2009

empresas, o que é muito positivo. Entretanto, passamos de um cenário anterior em que as pesquisas aplicadas eram menos frequentemente incentivadas pelas agências ou despertavam pouco interesse dos pesquisadores para um ambiente no qual a interface tecnológica passa a ser um pré-requisito.

## No cenário atual, a interface tecnológica tornou-se um pré-requisito para o fomento

O fato é que não há pesquisa aplicada sem pesquisa fundamental. Ambas precisam ser fomentadas, por isso um equilíbrio deve ser buscado. Pesquisas visando exclusivamente à aplicação tecnológica ou aquelas de caráter incremental deveriam contar com financiamento por meio de parcerias entre os setores produtivos e a Universidade. De outra parte, editais públicos de fomento de caráter muito

restrito podem não contribuir para o equacionamento dos problemas nacionais ou não necessariamente se alinhar à fronteira do conhecimento. Além do que, apenas poucos grupos de pesquisas conseguem atender a critérios tão pontuais.

Por fim, o equacionamento dos vieses no acesso ao fomento me parece ser outro ponto que merece reflexão. A literatura traz estudos que identificam vieses de gênero e de etnia no sucesso da captação de recursos. Dois exemplos americanos ilustram essa situação. Candidatos negros foram 10 pontos percentuais menos propensos do que os brancos a receber financiamento (R01 grants) do NIH (*National Institutes of Health*) para condições de origem e formação comparáveis. Outro levantamento relata que, embora homens e mulheres tenham obtido taxas similares de sucesso na aprovação de grants do NIH, quando se tratou de renovações dos projetos, o sucesso dos homens foi maior. O enfrentamento dessas distorções é essencial. Igualdade de condições gera diversidade, e diversidade qualifica a ciência.

\* Professora da Faculdade de Farmácia da UFRGS, pesquisadora CNPq 1A e coordenadora adjunta do Mestrado Profissional CAPES – área Farmácia



FLAVIO DUTRA/ARQUIVO JU - ABR/2012

# A economia da corrupção

Giácomo Balbinotto Neto\*

Dante Alighieri, em sua obra *A Divina Comédia*, colocou os corruptos na parte mais profunda do inferno, o que devia refletir o grande desprezo por esse tipo de comportamento no mundo medieval. Nos dias de hoje, tal sentimento ainda deve continuar válido.

O termo corrupção se origina do verbo latino *rumpere* – romper, que significa a quebra de algo. Este algo pode ser um código de conduta moral, social, ou ainda uma regra administrativa. Para haver quebra de uma regra administrativa, ela deve ser precisa e transparente. Além disso, é necessário que o funcionário corrupto consiga algum tipo de benefício reconhecível, seja para si, para seu grupo ou ainda para seu partido ou bloco de partidos aliados.

Atualmente, uma das definições mais aceitas de corrupção é a adotada pelo Banco Mundial, que a entende como o abuso do poder público para a obtenção de benefício privado. Segundo Rose Susan Ackerman, uma das maiores especialistas mundiais no tema e professora da Universidade de Yale, os pagamentos aos funcionários públicos ou agentes governamentais envolveriam corrupção quando feitos de modo ilegal e com o objetivo de obter um benefício ou evitar um custo, sendo que tais remunerações não constituem simples transferências de recursos, pois afetam o comportamento tanto dos pagadores como dos receptores dos benefícios derivados do suborno.

Por gerar obstáculos burocráticos com o propósito de obter vantagem, a corrupção é também um problema relevante do ponto de vista econômico. Isso, por sua vez, em lugar de apoiar a produção, converte-se num entrave à eficiência que reduz e retarda o desenvolvimento econômico, promove uma má alocação dos recursos públicos ou das empresas controladas pelo governo, como no caso da Petrobras. Além disso, mina a legitimidade governamental e, portanto, diminui a sua capacidade de manter a lei e os contratos e outros serviços que são fundamentais para o funcionamento das atividades econômicas. Assim, na medida em que a corrupção seja um indicador da fragilidade do governo em manter a ordem e a lei, ela desestimula os

investimentos privados e limita a eficiente alocação dos recursos econômicos. Por fim, tem efeitos perversos sobre a economia, pois permite que produtores ineficientes permaneçam no mercado, além de distorcer os incentivos econômicos. Nesses casos, importa que os agentes sejam mais eficientes do ponto de vista político que do econômico. Por outro lado, temos de ter em mente que existem diversas formas de organização da corrupção, e para lidar com cada uma delas se deve dispor de instrumentos adequados.

A corrupção é um entrave à economia do país porque a afeta de várias formas: reduzindo a taxa de crescimento econômico, os níveis de aplicação em capital físico e humano, promovendo uma má alocação dos recursos humanos, distorcendo os investimentos tanto no setor público como no privado e desestimulando a entrada de capitais.

Podemos assumir que a corrupção está diretamente relacionada aos grandes projetos de obras públicas e às dificuldades de monitoramento das mesmas. Nesse sentido, o escândalo da Petrobras parece ser um caso exemplar. A corrupção induz um aumento no número, no tamanho e na complexidade dos projetos. Suponha a exploração de petróleo, a construção de oleodutos ou a compra de equipamentos complexos. Temos também a construção de estradas, represas, hidrelétricas ou aeroportos internacionais, por exemplo, que envolvem a participação de empreiteiras. O resultado seria um aumento da participação dos investimentos públicos no PIB, uma queda na taxa média de produtividade daqueles investimentos e, devido a possíveis restrições orçamentárias, uma redução em outras categorias de gasto público, tais como a conservação da infraestrutura, a educação e a saúde. Como consequência desses efeitos, bem como de outros associados à corrupção, ter-se-ia uma redução da taxa de crescimento econômico. Além disso, medi-la e avaliá-la não são tarefas fáceis. Qual seria, por exemplo, o melhor indicador de corrupção? O número de atos corruptos, o montante de propinas pagas? O número de pessoas e empresas envolvidas? O montante de transações consideradas corruptas?

No que se refere especificamente aos gastos com manutenção e conservação dos inves-

timentos públicos, temos que a corrupção gera efeitos significativos e perversos sobre a qualidade da infraestrutura. Isso ocorre porque a deterioração na infraestrutura provoca um aumento nos custos de transação devido a problemas de congestionamentos, demoras, quebras de equipamentos e de máquinas.

Entende-se que não basta o sentimento de indignação com relação à corrupção, é necessário identificá-la e medi-la a fim de que sejam criados instrumentos e instituições que busquem lidar com ela de modo eficiente e eficaz. Um passo inicial nessa direção é mostrar quais são os seus custos, implicações e inconveniências.

As razões que estimulam e incentivam a prática de ações corruptas são as mais diversas. Elas podem surgir em decorrência ou de pequenos atos burocráticos com o objetivo de ultrapassar deficiências administrativas ou do superfaturamento de grandes obras e contratos, tais como o ocorrido recentemente com a Petrobras.

Com o aumento das exigências por uma melhor governança corporativa e por regras de *compliance*, temos que a corrupção é um fenômeno com o qual as empresas devem se preocupar, pois pode gerar significativos custos e riscos e a perda de credibilidade junto ao mercado e aos investidores, bem como a possibilidade de prisão para os administradores. Além disso, prejudica a reputação das firmas e, conseqüentemente, a sua capacidade de gerar lucros futuros e obter recursos para a realização de investimentos que resultem na expansão da capacidade produtiva e da inovação tecnológica. Por fim, a corrupção aumenta os gastos e reduz a eficiência no uso dos recursos, já que estes seriam alocados para onde é mais fácil se obter propina, e não para onde gerariam maior retorno aos acionistas.

De um modo geral, a existência de corrupção requer a redução da transparência da firma – a ocultação de informações ou a não representação contábil e fiscal –, o que provoca significativos custos, gera conflitos de governança e cria futuros problemas, caso os atos corruptos sejam descobertos. O escândalo da Petrobras parece ser ilustrativo: a perda de valor de suas ações no mercado tem sido significativa desde que se iniciaram as investigações da Operação Lava-Jato.

Assim, as ações corruptas geralmente são um sintoma de falta de qualidade da administração e de um controle mais rígido por parte da administração e do conselho de administração da empresa. As consequências podem ser catastróficas, principalmente para aquelas empresas que tiverem ações na bolsa de valores no país ou no exterior.

O combate à corrupção está na agenda de instituições como o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o Fundo Monetário Internacional e também de diversas organizações, como a Transparência Internacional. No caso do Brasil, este parece ser um dos principais motivos das manifestações que ocorreram em junho passado e, mais recentemente, no dia 15 de março deste ano. Todos reconhecem cada vez mais os efeitos negativos trazidos por esses atos ilícitos, e esse impacto não se dá somente sobre indicadores econômicos, incide também sobre os indivíduos no seu dia a dia e na sociedade como um todo, na medida em que isto interferirá na qualidade dos serviços públicos.

De acordo com o Banco Mundial, para que a corrupção seja efetivamente combatida, parece ser necessária a reorganização política e institucional, o que irá fortalecer a vigilância pública sobre a qualidade da prestação de serviços. Também é importante a promoção da liberdade de imprensa. A busca por maior transparência na prestação de contas públicas envolve necessariamente o fortalecimento de instituições como o Ministério Público, a Polícia Federal, os Tribunais de Contas, os Tribunais Eleitorais, as Corregedorias, que devem ser órgãos técnicos, aparelhados técnica e institucionalmente para o combate à corrupção que assola o país, no sentido de que possuam instrumentos legais para fazer isso num prazo célere. Além disso, os desafios passam ainda por uma reforma institucional que redefine a função do Estado na Economia, reduzindo seu papel, bem como o poder discricionário do Estado e de suas empresas para alocar recursos. Finalmente, o combate à corrupção exige uma reforma política que altere o poder dos parlamentares de interferir na alocação de recursos orçamentários.

\*Professor de Economia do PPGE/UFRGS



# No caminho do tratamento

**ESEF** Projeto desenvolve exercícios específicos para pessoas com diabetes tipo 2 e dislipidemia

FLÁVIO DUTRA/JU



## Participe

Pessoas maiores de 18 anos que possuam diabetes tipo 2 ou dislipidemia podem se inscrever no programa. As aulas ocorrem no período de uma hora, entre as 7h30 e as 11h30, nas segundas, quartas e sextas, na pista Atlética da ESEF (Felizardo, n.º 750). Informações pelos telefones 3308-5834 ou 3308-5866.

Participantes do programa de corrida e caminhada passam por um período de treino personalizado, depois do qual são submetidos a exames

A diabetes tipo 2, doença que afeta o modo pelo qual o corpo metaboliza a glicose, e a dislipidemia, patologia ligada ao aumento dos lipídios no sangue, como o colesterol e os triglicerídios, estão entre as doenças que mais crescem no mundo, afetando tanto os jovens quanto os idosos.

Após seis anos estudando pacientes diabéticos e dislipidêmicos dentro do Grupo de Pesquisas em Atividades Aquáticas e Terrestres (GPAT), os professores do curso de Educação Física Rodrigo Sudatti Delevatti e Luiz Fernando Kruehl resolveram organizar um projeto de extensão em que pudessem pôr em prática o conhecimento adquirido. Assim surgiu o programa de corrida e caminhada, destinado ao tratamento dessas doenças.

Estudos realizados no início dos anos 2000 calcularam que 375 milhões de pessoas no mundo desenvolveriam diabetes tipo 2 até 2030, porém essa estimativa foi alcançada 19 anos antes, em 2011. Se o ritmo de crescimento da doença continuar o mesmo, a perspectiva é de que 575 milhões de pessoas tenham o problema até 2030. As causas mais prováveis desse aumento são o sedentarismo e a vida urbana cada vez mais atribulada.

**Treino personalizado** – Os selecionados para participar do programa desenvolvido na Escola de Educação Física da UFRGS passam inicialmente por um período de nivelamento, que dura de quatro a oito semanas, em que se decide qual o treino mais adequado para cada

um. “No início, alguns pacientes mal faziam exercícios, pois a diabetes e a dislipidemia são muito ligadas ao sobrepeso e ao sedentarismo. Portanto, essas pessoas têm dificuldade de praticar exercícios intensos, que é o mais recomendado para essas patologias. Esse período de nivelamento serve também para que as estruturas musculares e os hábitos de vida dos pacientes se habituem à carga de treino”, ressalta Kruehl.

O docente acrescenta que o diferencial do programa é a especificidade dos treinos, pois cada participante irá apresentar um ritmo e ter acompanhamento individual. Os treinamentos variam quanto ao nível de volume ou de intensidade, com alguns pacientes fazendo exercícios mais leves por mais tempo, e outros, fazendo atividades mais

intensas, porém com tempo menor.

Após 16 semanas de treino, é realizada uma bateria de exames de sangue, de condição física e de composição corporal. As avaliações ocorrem em parceria com a empresa hospitalar Atenção Total à Saúde (ATS), que cobre o custo dos exames de todos os participantes, além de indicar pacientes ao programa. Dependendo dos resultados, é feito o protocolo de treino. “Percebemos que alguns modelos são efetivos no início, mas após certo ponto deixam de ser tão eficazes, porque o corpo se adapta ao tipo de exercício”, comenta Kruehl.

**Para além da faculdade** – Jorge da Silva Bregão e Elisabeth Bregão descobriram juntos que são dislipidêmicos. Casados há 44 anos, eles

tentaram frequentar uma academia, mas não se sentiram estimulados, sem contar as contusões adquiridas durante o período. Agora se dizem mais motivados e acham que encontraram o local adequado para ajudar no tratamento de suas doenças. “A cada semana, sentimos a diferença. No começo, a gente cansava bastante, mas agora achamos até pouco, porque queremos evoluir cada vez mais, e eles mesmos exigem isso de nós”, observa Jorge.

Atualmente, o grupo conta com 22 participantes e recebe o auxílio de três bolsistas voluntárias da graduação. Um dos objetivos do projeto é também ajudar a formação de profissionais qualificados para trabalharem com pacientes com essas doenças, oferecendo disciplinas voltadas a essa área. “Uma característica do nosso grupo é que o pessoal não tem um perfil só acadêmico. Quase todo mundo trabalha fora ou presta algum serviço. Então esse projeto objetiva levar o método que a gente está estudando para além da UFRGS”, lembra Rodrigo.

A bolsista do projeto Salime Lisboa está no último semestre do curso de Educação Física e participa do GPAT há quatro anos. Ela acredita que o contato com a comunidade é fundamental para adquirir o conhecimento necessário e se tornar uma boa profissional. “Na pesquisa e na extensão, a gente consegue ver de perto o que aprendeu em cada matéria e percebe como aquilo realmente funciona e como cada pessoa é diferente”, comenta.

Nathalie Netto, aluna do 6.º semestre e voluntária no grupo, quase desistiu do curso de Educação Física antes de participar do GPAT porque não conseguia se encontrar dentro da graduação. O interesse em estudar a diabetes veio dos diversos casos da doença na sua família, e a chance de poder ajudar no tratamento desses pacientes por meio de exercícios deu uma nova perspectiva à estudante.

**Laura Pacheco dos Santos, aluna do 8.º semestre de Jornalismo - Fabico**

## Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor

antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

### ► Pulex irritans

Abordagens sobre a bipolaridade, em voga nos periódicos de comportamento, é um fato que me arranha. Por isso, onde localizo uma voz sobre o tema, me anteno. Me arranha porque, primeiro, faz referência ao diagnóstico de alguém do meu mínimo reduto; segundo, porque diagnósticos são feitos por enquadramento, aproximação ou preenchimento: não se sabe exatamente... é virose! No caso de comportamento, é bipolaridade!

Um dia desses, em meu trabalho, alguém lia em voz alta um teste desses de revista com questões de ‘sim ou não’ sobre as características ou os sintomas dessa “patologia”. Todos os que ouviam a leitura,

de alguma forma, se sentiram bipolares ao final do inquérito. “Projetos entusiásticos, mas inconclusos; preocupação acentuada com a própria aparência; estado de excitação verbal em alternância com períodos de tristeza e introjeção...” E por aí ia.

Fiquei com a pulga presa ao rabo. Hoje, dia seguinte, na chegada ao trabalho, reacendi o tema e vinha, meditando pelo câmpus, cogitando um possível autodiagnóstico de mediocridade e absoluta falta de emoções para o meu caso. Eu que em tese não tenho nem procurei ter diagnóstico algum do transtorno, sem picos de euforia e profusas paralisias existenciais. Fico na corda entre os abismos, meio bamba, meio equilibrista, mas preso à linha reta. Sem atrevimento, não me

lanço à coragem de gritar sentimentos, tomar atitudes absolutamente sinceras, dizer exatamente, sem nenhum novelo. Mas não, como uma metáfora concreta da arquitetura urbana, fico feliz preso à jaula à prova de intrusos. Vejo o mundo pela grade, como se assim fosse. Como se já tivesse sido construído desse modo, mediado pelo ferro. Minha jaula é estreita como uma camisa de força e nela me (c)o(m)primo para poder caber numa realidade que apenas suponho. Em que já nascemos vitimados por viroses, neuroses, transtornos. O que resta é ir revelando em pistas as balizas de uma provável ou fictícia normalidade. E levando uma vidinha normal, insossa, sensaborona, desossada. Mas sã. Dessatanizada. Porém, com salvo-

conduto. Loas à mediocridade e à vida normal! Tudo aos diagnósticos!

*Disforme não diz. / Diz forme não digo. O informe deforma. / Deformes estaríamos todos.*

*De fora ninguém percebe. / De dentro não se duvida.*

*Informal ou desigual. / Descobre-se a mesma cousa.*

*Desfiro o golpe banal / Misericórdia sem recurso penal. / Nau sem prumo em qualquer rumo.*

*Prazer e desconforto. / O reto o torto o ornado. Desencontro na mesma esquina. / Um poema visto de cima.*

*A forma. A fôrma. A furta-cor. / A razão sempre insuficiente.*



# Além do arco-íris



Formada em Engenharia Elétrica em 2014, Isabel Klein foi aprovada em um concurso para docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

## Gênero

### Uso do nome social é garantido em instituições de ensino do país

O sol e a chuva, dois elementos de encontros tão incomuns, quando resolvem se juntar, formam um dos mais belos fenômenos da natureza. O arco-íris. Quando Isabel era criança, achava que, se conseguisse passar por debaixo do arco-íris, poderia trocar de gênero. Não conseguiu. Anos mais tarde, percebeu que ‘ser quem se é’ é um processo doloroso em meio a uma sociedade que ainda engatinha quando o assunto é diversidade sexual e de gênero.

Na adolescência, com a descoberta do próprio corpo, começava a compreender sua identidade de gênero. Ingressou no curso de Engenharia Elétrica na UFRGS em 2008 e, depois de um longo processo de assimilação, se reconheceu como uma mulher transexual. Foi durante o Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS) que Isabel se sentiu acolhida e teve a primeira experiência de estar socialmente como uma mulher trans.

Conforme descobria a si mesma, surgiam alguns medos. A marginalização era um deles. Em uma turma com apenas duas meninas, o processo de transformação foi motivo de fofocas. Alguns colegas evitavam dividir os trabalhos das disciplinas com ela. O nome masculino pelo qual os professores a chamavam diante da turma não era aquele com que se identificava.

**Luta para ser quem se é** – O nome social, diferentemente do que está no registro civil, é o nome pelo qual pessoas trans preferem ser identificadas. Em 2012, foi instituída a Carteira de Nome Social no RS, documento expedido pelo Instituto-Geral de Perícias e aceito por alguns órgãos públicos do estado. Apesar desse avanço, o constrangimento social faz parte do cotidiano de travestis e transexuais quando precisam apresentar seus documentos. A Universidade Federal do Amapá foi a pioneira na adoção do nome social para os alunos em 2009. Em dezembro de 2014, a UFRGS aprovou sua Política de Utilização do Nome Social para travestis e transexuais, que entrou em vigor no início deste ano.

Isabel Klein ressalta que o uso do nome social pela UFRGS é um avanço, mas com um pequeno impacto diante da discriminação: “A maior parte das pessoas trans tá na rua. Não terminou nem o ensino médio. É um aspecto positivo pra gente que veio da classe média, conseguiu se manter de alguma forma e não foi expulsa de casa”. A jovem dividia o quarto com seu irmão mais novo. Os pais de Isabel até hoje não a enxergam como ela é. Sair de casa fez parte do processo de aceitação de si mesma. Para Henrique Caetano Nardi, coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX), do Instituto de Psicologia da UFRGS, essa marginalização social provém de uma norma sustentada durante anos: “Vivemos numa sociedade heteronormativa e sexista, que impõe uma hierarquia humana baseada em orientação sexual, gênero e classe social. Se pensarmos desde um ponto de vista recente da

história social, lá pelo século 18, o mundo começa a ser dividido de acordo com uma lógica dicotômica e quase polarizada. Todo mundo que não se encaixar vai ser perseguido num movimento pra tentar restaurar essa ordem construída historicamente”.

Henrique diz que há um embate para despatologizar a transexualidade: “A gente tenta tirar a hierarquia do humano. As pessoas trans não podiam gozar de seus direitos. Elas existiam de um ponto de vista patológico. A marginalização vem dessa norma sustentada por um discurso científico equivocado”.

**Direito reconhecido** – A resolução aprovada pelo Conselho Universitário (Consun) explicita que o nome social fará parte de todos os documentos de uso interno da UFRGS. Pela norma, está garantido o direito de utilização de espaços segregados por gênero, como vestiários e banheiros, conforme a identidade de gênero. Para solicitar o uso do nome social, é preciso apresentar a Carteira de Nome Social ou o seu requerimento.

Segundo Eric Seger, integrante da comissão que redigiu a resolução, é fundamental que estudantes, professores e funcionários se inteirem da nova regra, já que recentemente houve um caso de solicitação via requerimento negada a um aluno. “A comissão sugeriu que haja um acompanhamento e seja elaborado um material de orientação para professores e funcionários, porque a pessoa pode pedir pra colocar o nome social e o funcionário não saber direito o que fazer”, explica.

Algo que ela aprendeu é que é preciso ter certa tolerância com

o processo de adaptação: “Tenho muitos amigos que odeiam que isso aconteça, não conseguem ouvir o outro nome. Eu tento tornar isso menos impactante pra mim, mas é chato. Vivemos em uma sociedade em que o nome ainda determina o gênero. Nas línguas latinas, os nomes são bem demarcados por gênero”.

Quando Isabel estava no ensino fundamental, ser chamada pelo nome de registro não era algo agressivo, visto que ela ainda não tinha se identificado como transexual. No entanto, a garantia de identificação nesse estágio é primordial. O reconhecimento do nome social faz parte da iniciativa de escolas e universidades do Brasil, e desde 12 de março a medida passou a valer em todo país. O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT publicou no Diário Oficial da União uma resolução que garante o uso do nome social em todas as escolas e instituições de ensino brasileiras. Menores de 18 anos poderão solicitar o nome social sem autorização do responsável. Além disso, a medida passa a valer também para processos de acesso a instituições de ensino, como o vestibular.

**Raízes da discriminação** – Para Henrique Nardi, as travestis sofrem um processo de exclusão que começa na escola e passa também pela família, por isso muitas veem como única saída entrar na rede de trabalho do sexo. Como exceções, há inserção em profissões ligadas à estética ou em funções de baixa remuneração. “A luta pela educação, pelo direito ao nome social e pelos direitos LGBT tem melhorado o

acesso. Ainda é pequeno, mas tem melhorado. Se a pessoa é jovem e não sabe muito bem o que vai fazer, se deparar com a questão do nome de registro na instituição pode funcionar como uma barreira”, explica.

Aqueles que se sentirem discriminados ou não tiverem seus direitos garantidos devem recorrer à Ouvidoria da UFRGS, que tomará as providências cabíveis. Se forem comprovados casos de discriminação, pode até haver expulsão da Universidade. Na opinião de Henrique, a sanção tem pouco efeito diante do preconceito velado. “A punição deixa marcado que aquilo não pode ser feito. Mas, em relação ao preconceito cotidiano, tem pouca força. É importante que haja ações institucionais no sentido da formação. Que isso esteja presente em discussões na Universidade e que os alunos façam parte disso”, afirma.

Isabel formou-se na UFRGS no ano passado, mas em 2015 teve a alegria de ver seu nome nos documentos da Universidade. Aos 24 anos, ingressou no curso de Economia, mas fará poucas disciplinas porque foi aprovada em um concurso em Pelotas, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) e dará aulas para alunos da graduação e do eletrotécnico. Ela reforça a importância da luta pelas mudanças no registro civil: “O principal que se procura hoje é a aceitação do registro civil. Ela é importante e ajudaria muitas pessoas. Não adianta nada eu ter meu nome social lá. O que, de fato, tem de mudar é o modo como as pessoas lidam com isso”, conclui.

Jéssica Menzel, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico



# Inclusão onerosa

## FIES

### Programa de financiamento gera debate sobre o investimento público no ensino privado

“m321: limite de vagas para esse Campus/IES esgotado” avisa a mensagem de erro que tem atormentado o início de ano de grande parte daqueles que buscam a participação no Programa de Financiamento Estudantil (FIES). Desde o dia 23 de fevereiro, quando se iniciaram as inscrições para o financiamento, foram frequentes na imprensa relatos de jovens que passavam madrugadas em frente ao computador ou em filas nas calçadas das universidades, tentando se cadastrar no programa que financia o acesso de estudantes ao ensino superior privado.

Os problemas no sistema de inscrição surgem juntamente com as novas regras estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) para controlar a qualidade do programa, o que gerou críticas de representantes das instituições privadas. Eles receiam perder alunos e culpam o governo pelos problemas de cadastramento. Entre as acusações está a de que

faltou clareza por parte do Ministério em relação às novas imposições e que a regra que exige pontuação mínima de 450 pontos no ENEM afetaria a parcela mais pobre dos estudantes financiados. Estima-se que 20% dos atuais beneficiados tenha tirado nota inferior no exame.

O controle de qualidade pretende ser estabelecido também por meio da não concessão de crédito para cursos que receberam conceito 1 ou 2 (em uma escala que vai até 5) na última avaliação do MEC. De acordo com o Ministério, apenas os alunos que escolherem cursos que obtiveram nota máxima terão custeio garantido. Mesmo com a reafirmação, por parte do governo, de que não há limite de estudantes a serem beneficiados, os que optarem por cursos com notas 3 ou 4 terão seus pedidos avaliados de acordo com aspectos regionais e históricos. Por exemplo, os cursos dos estados que tiveram maior número de beneficiados nesses primeiros 16 anos de FIES, como São Paulo e Minas Gerais, terão desvantagem na comparação com as graduações do Norte e Nordeste.

**Expansão sem igual** – Fundado em 1999, o FIES alcançou sua atual amplitude a partir de mudanças estabelecidas em 2010, como a diminuição da taxa de juros de 6,5% para 3,4% ao ano, a não necessidade de um fiador para a concessão do crédito e o aumento do prazo de quitação

do empréstimo, que passou a ser de três vezes o tempo do curso financiado. Com tais modificações, o programa saltou de um total de 76 mil estudantes financiados em 2010 para 1,9 milhão em 2014, o que significou um aumento de repasse para as instituições privadas de aproximadamente um bilhão para 13,7 bilhões.

As condições dos financiamentos são tão vantajosas para alunos e instituições que as universidades passaram a incentivar os estudantes a aderirem ao FIES, mesmo os que teriam condições de pagar a mensalidade. Até o início do mês passado, o grande conglomerado de ensino Kroton Anhanguera, que recebeu em 2014 cerca de 2 bilhões pelo FIES, mantinha em seu site um texto informando que: “A taxa de juros [do financiamento] é tão baixa que vale a pena contratar, mesmo que você tenha dinheiro pra pagar o curso. E, se você colocar na poupança o dinheiro que iria usar para pagar a faculdade, acaba tendo lucro”. Tal lógica é apoiada nos atuais critérios de renda do programa, que permitem que recebam financiamento estudantes com renda familiar de até 20 salários mínimos. “Em tempo algum foram destinados tantos recursos, como hoje, para as instituições privadas de ensino superior com e sem fins de lucro”, comenta o professor aposentado da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Valdemar Sguissardi. Ele observa que esses

recursos, ao mesmo tempo que beneficiam quase dois milhões de alunos dessas instituições, também favorecem principalmente as instituições privado-mercantis, garantindo às maiores dentre elas (as de capital aberto e ações no mercado de capitais), segundo informações de seus dirigentes, cerca de 40% de seus lucros. Para não perder o controle dos gastos, o MEC planeja estabelecer um teto de reajuste das mensalidades das instituições, a fim de que não exceda a inflação do ano anterior.

## No Brasil, nunca se encarou a educação como um direito de todos

**Direito ou privilégio?** – A discussão traz importantes questões sobre o modelo de educação do Brasil e sobre como o direito de acesso ao ensino superior é tratado no país. Por mais consolidados que sejam os programas como FIES e ProUni – no qual as universidades cedem bolsas de estudo em troca de isenção fiscal e, até, do perdão de dívidas –, a prática de inclusão no ensino através das instituições particu-

lares é muito questionada por especialistas. Segundo o professor Juca Gil, docente da Faculdade de Educação da UFRGS, tais políticas de investimento vêm de uma mentalidade surgida no final da década de 60, que entende o acesso à universidade como um privilégio: “No Brasil, nunca se encarou a educação como direito de todos e com o Estado tendo o dever de garantir isso. O ensino superior como privilégio em lugar de um direito é algo que está impregnado na mentalidade nacional, tanto que as pessoas vibram, colocam faixas na frente de casa, comemorando o ingresso na universidade”, argumenta. Gil acrescenta que iniciativas como FIES e ProUni mantêm essa lógica do privilégio: “O Estado cede vagas como um favor, não como um direito”, critica. Já o professor José Marcelino Rezende Pinto, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), vê com pouco otimismo a possibilidade de os cofres públicos reaverem o dinheiro investido no FIES: “Este não é o primeiro programa de crédito educativo lançado pelo governo federal. Houve outros, com diferentes nomes, que quebraram pela inadiplência. Com esse não será diferente”, alerta o pesquisador, especialista em financiamentos. “Esse prejuízo vai para o Tesouro Nacional e, pior, será computado como gasto com educação nos termos do Plano Nacional de Educação, que permite considerar os subsídios ao FIES como investimento em educação para a contabilização dos 10% do PIB obrigatórios.” José Marcelino cita como exemplo negativo o caso do Chile, que vem enfrentando uma grave crise educacional, fruto de um sistema de privatizações do ensino, e defende que o dinheiro usado no programa seja destinado à expansão das instituições públicas. “Esse valor seria mais bem usado para ampliar os institutos federais de ensino, que são instituições qualificadas e com um custo por aluno menor que o das universidades. O mal menor seria o investimento da verba apenas em instituições sem fins lucrativos.”

Na tentativa de potencializar o programa, o MEC pretende criar um sistema nos moldes da Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec) para selecionar os estudantes interessados no FIES, cujas inscrições se encerram no dia 30 deste mês. Na nova ferramenta, os alunos poderão visualizar a quantidade de vagas em cada universidade e curso, para, então, fazer a sua escolha, que será submetida à análise e aprovação do Ministério. A previsão é de que a plataforma fique disponível já no segundo semestre deste ano.

João Pedro Teixeira, aluno do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico





FLÁVIO DUTRA/JU

A professora do Instituto de Física da UFRGS foi a segunda brasileira em 17 anos a vencer o prêmio L'Oréal-Unesco para Mulheres na Ciência

# No olho da galáxia

## Astronomia

### Thaisa Storchi Bergmann fala sobre os desafios na divulgação da ciência

Samantha Klein

Pesquisadora de uma das áreas mais fascinantes e misteriosas, a professora Thaisa Storchi Bergmann recebeu o Prêmio L'Oréal-Unesco para Mulheres na Ciência – edição 2015. A docente do Instituto de Física da Universidade foi premiada pelo trabalho a respeito dos buracos negros supermassivos que existem no núcleo das galáxias e são detectados pela influência gravitacional que exercem sobre as estrelas ou nuvens de gás à sua vizinhança. Mesmo antes de sua detecção gravitacional, a presença desses buracos negros foi inferida pelas enormes quantidades de energia que emanam dos núcleos de galáxias ativas.

Ela foi a primeira cientista a detectar a presença de um disco de acreção – matéria formada por estrela e nuvens – em torno de um buraco negro no centro de uma galáxia inativa. O estudo da pesquisadora foi essencial para o conhecimento sobre como os buracos negros massivos se formam no centro das galáxias.

Pesquisadora em um universo dominado por homens, Thaisa acredita faltar incentivo na sociedade, na imprensa e na educação

para que mais garotas se interessem pela área. Por outro lado, conforme a professora, a pesquisa precisa ser divertida e apresentada como uma experiência lúdica na escola. Todas as formas de divulgação do progresso científico são relevantes para a discussão, ressalta.

*O filme Interestelar, de Christopher Nolan, gerou um debate sobre Astrofísica?*

Creio que sim, e esse é o mérito da produção: divulgar as pesquisas científicas. É um pouco fantasioso, já que são utilizadas no roteiro coisas como o conceito de buraco de minhoca (*wormholes* – teoria não comprovada sobre a existência de um atalho entre o espaço e o tempo no universo que permitiria viajar para outra galáxia), um buraco negro e um planeta orbitando em torno dele. É extremamente difícil viajar no espaço. Se nos movêssemos na velocidade da luz, levaríamos quatro anos para atingir a estrela mais próxima, a Alfa Centauro, que dirá uma estrela distante ou alcançar o outro lado da Via Láctea, que fica a cem mil anos-luz da Terra. Então, a única maneira de chegar a outras galáxias seria pelo buraco de minhoca.

*O que há de correto no filme?*

Uma representação do buraco negro, baseada no trabalho de Kip Thorne (astrofísico americano que colaborou com o diretor Nolan), que acompanhou a simulação artística, é apresentada corretamente no longa metragem. O conceito do buraco de minhoca, porém, é utilizado livremente no filme, já que não tem comprovação científica. Mas é interessante o fato de que o

cineasta se preocupou em colocar algo correto na tela.

*Um buraco negro pode absorver nossa galáxia?*

É possível que sim, daqui a trilhões de anos. Demoraria muito para acontecer, porque, mesmo que ele tenha um campo gravitacional intenso, será o mesmo campo de atração entre outros objetos. Por exemplo, o sol atrai a Terra, mas o planeta azul não será engolido por ele. Na maioria das galáxias, há estrelas orbitando em torno de um buraco negro, mas se elas estão a certa distância vão ficar milhares de anos orbitando e serão absorvidas somente se estiverem muito próximas. A força da gravidade diminui conforme a distância dos objetos. O que nos comprova isso é o fato de não conseguirmos enxergar a silhueta do buraco negro. É possível observar a órbita das estrelas ao seu redor e perceber que há uma massa muito grande ali, que é três milhões de vezes a massa do sol.

*Você é a segunda brasileira, em 17 anos, a receber o Prêmio L'Oréal-Unesco. O que significa tal reconhecimento internacional?*

É importante, principalmente para a família e os amigos. Em relação aos colegas, eles já sabem sobre o meu trabalho porque produzo e publico artigos. Mas a família sempre me vê trabalhando. No começo, eu viajava muito para observatórios. É uma forma de mostrar que, apesar de ter privado meus filhos da minha companhia, fiz uma contribuição importante para a Ciência. Com o prêmio, eles enxergam melhor isso. E, claro, proporciona visibilidade fora do

meio científico. Por outro lado, também é um incentivo muito importante para as mulheres na ciência o fato de a L'Oréal ter abraçado essa causa. Fazer uma cerimônia glamorosa em Paris é bem bacana.

## A pesquisa tem de ser apresentada como uma experiência lúdica na escola

*Por que há poucas mulheres trabalhando com ciência?*

Na Física, a situação é ainda mais crítica do que na Astrofísica. A primeira tem apenas 12% de pesquisadoras, enquanto na área voltada à Astronomia chegam a 28% as cientistas do sexo feminino. Esses são dados recentes da Sociedade Astronômica Brasileira. Para a ciência em geral, chega a 30% o contingente de mulheres. Acho que é uma mistura de fatores que envolve a sociedade, a educação e a mídia. Infelizmente, a educação não é valorizada como deveria; os professores precisariam ganhar muito mais. Há uma tremenda inversão de valores. A gente se preocupa com o futuro, mas a principal etapa de formação do indivíduo é entregue a pessoas bem-intencionadas, abnegadas, que ganham um salário miserável. Claro, há os colégios privados, mas não podemos zelar somente pelas

pessoas que podem pagar. Por outro lado, se formos conversar com meninas em idade escolar, quase todas sonham em ser modelo. Poucas querem ser atrizes ou cantoras. Há uma percepção de que são essas as carreiras bem-sucedidas porque a mídia também mostra isso. A beleza é supervalorizada, enquanto as pessoas pouco conhecem cientistas e outras profissões. As meninas ganham bonecas para brincar; os garotos recebem carrinhos ou brinquedos que lembram engenharia ou ciência. Em minha opinião, isso mostra uma sociedade com prioridades deturpadas.

*Qual foi o incentivo para despertar em você o interesse pela Ciência?*

Meus pais não são da área. Acredito que a boa educação que tive, tanto em colégios privados mantidos por freiras como em uma escola estadual, foi determinante para despertar o gosto pela Ciência. Quando criança, tive um minilaboratório onde, com uma amiga, observava tudo o que podia e utilizava reagentes para provocar algumas reações químicas. Era por diversão, e é disso que sinto falta na educação. Mostrar o lado lúdico depende de professores com tempo para isso. No entanto, os docentes têm de correr de uma escola para outra a fim de garantir um ganho um pouco melhor. Dessa forma, é muito difícil pedir que ele tenha tempo para se dedicar exclusivamente aos alunos e à busca de formas mais agradáveis e inspiradoras de ensinar.

*O telescópio Hubble completa 25 anos neste mês. Qual é a sua importância?*

Por observações pelo Hubble se comprovou que todas as galáxias, ou pelo menos muitas delas, têm um buraco negro supermassivo no seu centro. A vantagem do Hubble é que ele está acima da atmosfera, e a qualidade de imagem, por isso, é vinte vezes maior, sendo melhor que a de outros observatórios. O que a enxergávamos somente na Via Láctea foi possível observar também em outras galáxias em que estrelinhas tinham a mesma velocidade perto do centro.

*O que a senhora pensa sobre o incentivo à pesquisa no Brasil?*

Acredito que os recursos para a pesquisa científica deveriam ser maiores. Percebo que os jovens, para ingressarem no CNPq, passam por grande dificuldade porque existem muitos pesquisadores atrás de recursos para levar os estudos adiante. Há o Programa Ciência Sem Fronteiras, que considero parcialmente bem-sucedido. É um exagero o que foi investido nesse programa, a metade da verba deveria ser aplicada em apoio aqui mesmo. Mandar estudantes para fora é legal, mas houve um exagero com pouco controle. É necessário mais apoio interno. Vejo muitos professores jovens que não conseguem recursos para suas pesquisas; enquanto faltam bolsas aqui no país, sobram para o Ciência Sem Fronteiras.

# Longo percurso até a liberdade

## Cuba

*Apesar da retomada das relações, será difícil a trajetória até o fim do bloqueio*

Samantha Klein

O embargo econômico imposto aos cubanos há mais de 50 anos talvez seja uma das medidas mais retrógradas do mundo contemporâneo. Mais de duas décadas após a queda do Muro de Berlim e o desmembramento da ex-URSS, analistas consideram anacrônica a ação política e econômica. Finalmente, em dezembro, foram retomadas as relações diplomáticas entre a ilha e os Estados Unidos. A iniciativa já dá sinais de avanço, mas será longo o caminho até que Cuba supere o bloqueio comercial.

**Mudanças à vista** – A retomada das relações diplomáticas é considerada um marco histórico. Desde o início do bloqueio, em 1952, as consequências para a economia cubana têm sido devastadoras, segundo o professor de História da UFRGS Mathias Seibel Luce. “Com o embargo, a economia cubana enfrenta problemas para acesso a uma série de bens que não produz, pois muitas empresas não realizam transações com Cuba para evitar sanções do governo de Washington. Dessa forma, uma escassez de produtos básicos, como materiais de higiene, cosméticos e insumos de cadeias produtivas da indústria de transformação, instalou-se na ilha.”

Outro impacto diplomático ainda não solucionado é o fato de a nação caribenha permanecer na lista dos países terroristas publicada pelos Estados Unidos.

O problema dessa classificação não reside apenas na imagem do país perante o mundo, mas também nas restrições bancárias para que financiamentos sejam tomados pelo governo cubano.

“Ademais, esse prejuízo enorme,

a lei que incentiva a imigração (Lei Helms-Burton) e fornece, quase automaticamente, um visto para um cubano viver na Flórida, passa uma perspectiva terrível do país. Essas boas-vindas não valem para os mexicanos, haitianos, hondurenhos, brasileiros, entre outros. Enquanto 20% da população de Governador Valadares (MG) se arriscou a entrar nos EUA pagando coiotes [pessoas que facilitam a entrada ilegal de imigrantes pela fronteira mexicana], alguns cubanos receberam esse privilégio como argumento ideológico do governo estadunidense para mostrar que as pessoas estão fugindo de Cuba”, frisa o docente.

Em meio às reformas de Raúl Castro, que permitiram a mudança nas regras para sair do país e a abertura de negócios próprios, há diversas correntes sobre a manutenção ou não da política estatal comunista. Não existe uma pesquisa de opinião sobre o que querem os cubanos, mas é possível perceber uma polarização quando se conversa com as pessoas.

De acordo com o cientista político e professor da Unisinos Bruno Lima: “Os cubanos querem

a abertura da nação. Ter acesso à comunicação, por exemplo, já que a internet lá é terrível. Por outro lado, ficam assustados com o possível desmonte do bem-estar social como aconteceu na China, em que as pessoas não têm previdência social e existem muitos miseráveis. Ao mesmo tempo, querem mais liberdade política, sem o desmantelamento do sistema igualitário de distribuição”.

**Bloqueio permanece** – A iniciativa do governo Obama é vista com bons olhos pela comunidade internacional, na avaliação da professora de Relações Internacionais da UFRGS Analúcia Danilevicz Pereira. “Essa medida traz uma nova roupagem para os Estados Unidos em nível mundial, porque, se Obama está enfrentando uma oposição interna, os EUA também sofrem uma incrível oposição externa em funções das intervenções militares herdadas do governo anterior. O caso do Estado Islâmico é um movimento que surgiu por conta daquilo que os EUA fizeram no Oriente Médio. Então, é uma potência com imagem internacional muito desgastada.” A professora destaca ainda o lobby anticastrista da Flórida, que tem uma interferência muito forte sobre a política estadunidense.

Nesse sentido, Mathias observa que uma das principais medidas em curto prazo deveria ser o fim da subvenção de grupos cubanos que vivem nos Estados Unidos e realizam ações contra Cuba. “Inclusive ações terroristas são praticadas por esses anticastristas. O problema é que isso dificilmente vai acontecer, pois eles têm muita força política junto aos republicanos no Congresso.”

O financiamento desses grupos estabelecidos na Flórida causou inúmeros prejuízos à economia cubana nos anos 1990. Conforme relata o escritor Fernando Morais no livro *Os Últimos Soldados da Guerra Fria, os gusanos* [denominação pejorativa] jogavam pragas nas lavouras cubanas, interferiam na rede de controle do aeroporto de Havana e cometiam ataques a bomba em hotéis com turistas na ilha de Fidel. A pesquisa feita por Morais fala da Rede Vespa, criada por Cuba, para infiltrar agentes e tentar evitar os ataques. O caso somente foi conhecido com a prisão dos integrantes da organização pelo governo americano. Os grupos anticastristas, aparentemente, não

têm mais atuação terrorista, mas ainda possuem grande influência no Congresso dos EUA.

**Linha chinesa** – As reformas realizadas por Raúl Castro já surtem alguns efeitos na economia cubana, como a redução, mesmo que lenta, do número de funcionários públicos e a abertura de negócios de pequeno porte. Porém, caso o bloqueio comercial seja totalmente cancelado, especialistas divergem sobre o futuro do regime comunista na nação caribenha. Para Bruno Lima, se isso ocorrer de fato, a tendência é que o país adote um modelo semelhante ao chinês. “Cuba poderia implementar uma espécie de linha chinesa com controle do estado e abertura da economia ao mesmo tempo. A tendência também é pela manutenção do partido único dentro do estado cubano.”

Já Analúcia acredita que se tornar um espelho em menor escala da China não é o desejo dos cubanos. “Evidentemente, eles querem acesso a produtos e tecnologia que não têm hoje, mas não vão abrir mão da sua autonomia. Surgiu a ideia de que Cuba se transformará na China, mas não tem como. São realidades distintas.” Na visão dela, as relações econômicas implicam questões mais amplas que a própria atividade comercial: “O país dispõe de mão de obra qualificada que o Brasil não tem na construção civil, por exemplo. Eles fornecem formação humana, uma vez que dispõem de professores qualificados, arquitetos, engenheiros e médicos. Se a experiência do *Mais Médicos* é criticada aqui, vale ressaltar que os médicos de Cuba estão espalhados pelo mundo inteiro. Quanto aos dissidentes, certamente são exceção.”

**Às portas do Porto** – No campo das relações internacionais brasileiras, a construção do Porto de Mariel foi muito criticada por ter sido beneficiada com recursos do BNDES. Enquanto isso, as trocas comerciais aumentaram nos últimos cinco anos, mas ainda estão longe de colocar o país caribenho como um grande parceiro mercantil do Brasil. Cuba é a 70ª nação na balança comercial, segundo o Ministério das Relações Exteriores. Apesar de as trocas somarem um superávit de US\$ 432 milhões em 2013, o fato de ter apoiado a obra do Porto de Mariel vai além em termos de influência territorial.

## Canal da controvérsia

O futuro canal interoceânico na Nicarágua, que vai ligar o Atlântico ao Pacífico, é uma dor de cabeça para os Estados Unidos. Financiado por um milionário das comunicações chinês, não é do interesse estadunidense deixar que a força chinesa seja ainda maior no continente. A obra não começou ainda, mas, além de expulsar indígenas de suas terras, a China passará a ser mais competitiva na América Latina.

“Cuba já tinha relações internacionais importantes, mas a China altera esse jogo de forças, considerando que possui uma nova relevância mundial. Ao entrar em pequenas lojas de eletroeletrônicos na ilha, percebe-se que os chineses estão suprindo essas demandas. Isso ajuda a entender por que os EUA decidiram atuar nesse espaço, visto que outros países sul-americanos, como Venezuela e Brasil, já estavam operando”, pondera Analúcia.

ROB JAMIESON/FUCKR





Pesquisadores da UFRGS realizam seu trabalho a partir das imagens coletadas pelo Observatório Interamericano de Cerro Tololo no Chile



REIDAR HAHN/DES

# Censo das estrelas

## Astrofísica

### Descoberta de galáxias anãs contribui para conhecimento da Via-Láctea

Samantha Klein

Astrônomos ligados a várias instituições desvendaram um pouco mais a dinâmica de nossa galáxia. Anunciada em março, a descoberta de nove novos sistemas estelares em torno da Via-Láctea mostra que muito ainda precisa ser conhecido na área da Astronomia. O reconhecimento dessas estruturas, possivelmente galáxias anãs, teve importante contribuição de pesquisadores da UFRGS por meio de imagens coletadas no Observatório Interamericano de Cerro Tololo, no Chile. O projeto reúne mais de 120 cientistas e contribui para o entendimento da formação do universo.

Os satélites recém-descobertos são compostos de estrelas antigas, com mais de dez bilhões de anos de idade, e pobres em elementos químicos pesados, algo típico das estruturas situadas no halo estelar, o componente mais externo de nossa galáxia. Variando em tamanho e distância, a maioria deles está mais próxima da definição de galáxia anã do que da de um aglomerado estelar. Caso sejam ratificadas como galáxias anãs, o achado amplia em

um terço o número desses objetos conhecidos que orbitam em torno da Via-Láctea.

**Hemisfério sul** – As descobertas ocorrem no âmbito do projeto DES-Brazil, integrante do Dark Energy Survey (DES), que conta com pesquisadores de outros países, como EUA, Alemanha e Reino Unido. O DES é o primeiro levantamento que pode detectar meio bilhão de galáxias e 100 milhões de estrelas da Via-Láctea e das galáxias vizinhas no hemisfério sul. Tais estruturas vão compor um novo censo da nossa galáxia.

A identificação de parte dos objetos foi feita com o uso de ferramentas criadas pelo grupo de cientistas e alunos, disponíveis em um portal científico. A participação brasileira no DES é gerenciada pelo Laboratório Interinstitucional de e-Astronomia (LineA), que promove a inserção de pesquisadores da área em projetos internacionais, envolvendo o uso de tecnologia da informação. O ex-aluno da UFRGS Eduardo Balbinot foi um dos primeiros a descobrir os satélites. Em 2012, ele já havia percebido um aglomerado estelar no halo da galáxia, contendo cerca de 200 estrelas e situado nos confins da Via-Láctea. Foi a primeira vez que brasileiros acharam objeto tão distante do Sol. Outros alunos do grupo do professor Basílio Santiago, do Departamento de Astronomia da Universidade, que é um dos coordenadores do projeto internacional, participaram da identificação dos satélites.

O hemisfério sul foi selecionado

por conta de um atraso histórico em relação à identificação de estruturas que compõem a região mais austral do planeta. Os países mais desenvolvidos estão no norte e, conseqüentemente, construíram seus telescópios em locais mais acessíveis a seus pesquisadores. Até a década de 70, o maior observatório estava no sul da Califórnia, no Monte Palomar. Já os europeus utilizavam as Ilhas Canárias (arquipélago espanhol) como sítio astronômico, devido ao clima e à transparência do céu. Somente na década de 60 é que começaram a buscar áreas no hemisfério sul, e assim o Cerro Tololo, no Chile, foi escolhido por causa da potencialidade para a observação dos astros.

Os dados do segundo ano do projeto Dark Energy Survey já foram coletados, portanto novas buscas por objetos serão feitas por astrônomos de diversos países. É importante realçar que toda comunidade astronômica pode observar as imagens e também descobrir outros satélites. “Quando o censo de galáxias anãs estiver completo, poderemos fazer uma análise com os dados do hemisfério norte e amarrar melhor o sistema em torno da nossa galáxia. É necessário determinar a massa desses objetos, verificar a sua distribuição espacial, suas luminosidades e as suas órbitas. Tudo isso traz ingredientes que podem ser comparados com o modelo padrão de cosmologia”, sustenta.

As observações do hemisfério sul têm previsão de duração até 2017, mas outros estudos serão

necessários para determinar a formação da galáxia e também a energia escura. “Trata-se de um processo que não se esgota em cinco anos, mas talvez se estenda por décadas para se dizer que conhecemos todas as estruturas da Via-Láctea. Daqui a 50 anos pode ser que sim. Por outro lado, temos de manter a visão crítica disso porque, reduzindo a escala, sequer conhecemos todas as estruturas do Sistema Solar – sobre o qual, por exemplo, não sabemos o total de planetas anões, como Plutão. Respostas definitivas não teremos.”

**Energia escura** – A comunidade científica sabe, há mais de uma década, que o universo está em expansão acelerada. Porém, o motivo ainda é uma incógnita. Isso porque num universo dominado por matéria, a ação atrativa da gravidade deveria resultar em uma expansão desacelerada. “Deve existir outra forma de energia, lembrando que matéria e energia são equivalentes na teoria da relatividade, para explicar o crescimento acelerado do universo”, esclarece o professor Basílio. O termo energia escura reflete nossa quase total ignorância sobre o que pode ser essa energia. O que sabemos é que em torno de 75% da energia do universo é energia escura, com efeito de acelerar a expansão. O resto é matéria, inclusive a chamada matéria escura, que domina a gravidade no interior das galáxias. Somente uns 5% do Universo está na forma de matéria bariônica, que é a que se agrega nos elementos químicos conhecidos.

“Uma explicação possível para a energia escura pode ser energia associada ao vácuo. As equações da relatividade geral mostram que um termo como o da energia do vácuo tem efeito repulsivo, de acelerar o Universo, contrário à gravidade. À medida que o universo se expande, há mais vácuo e, conseqüentemente, esse efeito se torna dominante sobre a atração gravitacional da matéria. Mas o vácuo não é a única possibilidade, talvez seja apenas a mais tangível fisicamente até o presente”, diz Basílio. O principal objetivo do DES, para além da identificação de estruturas em torno da Via-Láctea, é justamente determinar parâmetros cosmológicos que permitirão amarrar melhor o que é a energia escura e avaliar se ela se comporta como o previsto para a energia do vácuo. Daí o nome do projeto.

A expectativa é melhor parametrizar as equações da relatividade para depois entender a Física por trás dessa parametrização. Vale enfatizar que a dinâmica de formação da Via-Láctea e de seus sistemas de satélites não é fortemente afetada pela energia escura. Isso porque a Via-Láctea não está em expansão, a qual só se manifesta em escalas realmente cosmológicas. Uma galáxia é inimaginavelmente grande no contexto do cotidiano, mas muito pequena em termos cosmológicos, sendo apenas uma pequena perturbação rica em matéria no Universo. Assim, a dinâmica da nossa e de outras galáxias, incluindo os satélites à sua volta, é dominada pela atração da gravidade.



# Sala de aula no cinema

## Ensino

### Obra discute as possibilidades da alfabetização audiovisual

Ânia Chala

No ano em que o Programa de Alfabetização Audiovisual realiza sua sétima edição consecutiva, vale destacar o livro lançado em 2014 pela editora Libretos, com o intuito de servir de inspiração àqueles que desejem trabalhar com audiovisual em sala de aula.

Para a professora da Faculdade de Educação da UFRGS e uma das organizadoras da obra, Maria Carmen Silveira Barbosa, o programa conseguiu ampliar a abrangência do *Festival Escolar de Cinema*, que hoje atende desde crianças da educação infantil até jovens e adultos do EJA [veja matéria sobre o Festival na página 3 desta edição]. “Aprofundamos o trabalho de formação dos professores das redes, realizando uma formação inicial, apoiando projetos em andamento nas escolas e promovendo seminários com abrangência internacional. Essas iniciativas participam ativamente da luta pela introdução do audiovisual na escola como elemento fundamental da educação e da cultura contemporâneas”, relata a docente. Além da PF Gestal, mais três salas de cinema porto-alegrenses recebem alunos da rede estadual de educação.

Na opinião de Maria Carmen, os docentes que atualmente estão em atividade já nasceram numa sociedade em que a imagem, e especialmente a imagem em movimento, tem grande centralidade. “O que podemos fazer é oferecer



GUILHERME LUND/DIVULGAÇÃO

‘ferramentas’ práticas e teóricas a fim de que os professores possam analisar as suas experiências pessoais, localizá-las num processo de produção cultural e, a partir da resignificação dessas vivências, as ampliem e qualifiquem”, reitera. Conforme a docente, a partir dessas experiências os educadores aprendem a se apropriar dessa linguagem como outro modo de pensar, de desafiar o conhecido.

**Inventando mundos** – Em um dos textos do livro, intitulado *O cinema, a escola, o estudante e a invenção de mundos*, o pesquisador da Universidade Federal Fluminense Cezar Migliorin afirma que, por um lado, o cinema é o mundo e, por outro, ele é uma alteração do mundo. Questionada se acredita no

poder da sétima arte para mediar o caminho para o conhecimento, Maria Carmen responde: “A arte nos transforma, alterando nossos modos de ver e de pensar. Somos seres narrativos. A maneira como narramos um acontecimento é tão importante quanto aquilo que realmente sucedeu. Um filme pode mediar um conhecimento quando usado de modo instrumental, é justo. Mas também pode provocar reflexão e reestruturação do conhecimento. Isto é mais ousado”.

Considerando que o tempo é o primeiro elemento a ser dividido entre professor e aluno, Maria Carmen reflete sobre os atuais obstáculos a esse partilhamento: “Vivemos uma época em que o tempo parece passar cada vez mais rápido. Todos reclamam a sua ausência. Nas es-



#### Escritos de Alfabetização Audiovisual

Maria Carmen Silveira Barbosa e Maria Angélica dos Santos (orgs.)  
Porto Alegre: Libretos - Série Universidade, 2014  
376 páginas  
R\$ 25 (preço médio)

colas, os professores reclamam que não podem realizar determinadas experiências com o audiovisual, pois elas exigiriam um tempo que a escola não permite, já que precisam cumprir um programa”.

Na visão da docente, a relação entre professor e alunos precisa de tempo para se estabelecer, para criar confiança, para que haja troca. “O tempo é a única coisa que realmente possuímos. E cada vez mais ele nos

é roubado”, critica. Maria Carmen reitera que os processos pedagógicos são de longo prazo e requerem tempo, conexões, contextos. A escola, no entanto, muitas vezes exige aprendizagens fragmentadas, rapidez. É o tempo do capital que entra, via escola, na vida de todos nós. “Será mesmo esta a sua função ou a de tempos maiores, com sentido pessoal e significado social?”, questiona.

#### O Brilho do Bronze [um Diário]

Boris Fausto | São Paulo: Cosac Naify, 2014  
240 páginas | R\$ 35 (preço médio)

## Expondo o luto

Registrar o cotidiano em um diário é um hábito incomum em um mundo no qual boa parte das pessoas se esforça para tornar uma existência por vezes monótona em uma timeline do Facebook com muitos likes. A prática, talvez adotada por alguns dos leitores na adolescência, foi muito disseminada logo depois da Segunda Guerra Mundial, época em que o autor decidiu iniciar seu primeiro diário. E, como costuma ocorrer com muitas das decisões tomadas nessa fase da vida, durou pouco diante da constatação de que o prazer da escrita rapidamente se transformara em tarefa. Mais de 60 anos depois, Boris Fausto retoma essa ideia ao enfrentar a perda de Cynira, sua mulher, falecida em 2010. Em diferentes momentos, o texto registra a tristeza de sua condição: “Viúvo é uma palavra horrível, que se associa a um homem vestido de preto de alto a baixo, a imagem da tristeza encarnada por meu pai. [...] Não quero que a minha vividez (outro substantivo horrível) cole em

mim, mas não tenho como declinar dessa qualificação. Devo ter escrito ‘viúvo’ em papéis burocráticos ao tomar providências, com os filhos, para a cerimônia do velório e da cremação, mas nesse momento somos zumbis, como sabem os que passaram por isso, e não me lembro do que preenchi”. Mas que o leitor não se assuste, pois o tom do diário relata também situações bem-humoradas, mescladas à visão crítica do historiador que não perdeu o gosto de ouvir as narrativas de motoristas de táxi, empregadas domésticas e outros personagens com quem convive diariamente. Com a melancolia de quem tenta se habituar a uma ausência, Boris é certo ao escrever: “Nunca pensei que ela fosse muito mais do que um objeto trivial, essa agenda que até hoje conservo. Estava enganado. [...] Significativas e dolorosas são as anotações de Cynira, que passam de firmes e seguras a um traçado trôpego, num esforço inaudito para chegar ao fim de uma simples frase”. (Ânia Chala)

#### Parallaxis

Vicente de Mello | São Paulo: Cosac Naify, 2014  
320 páginas | R\$ 130 (preço médio)

## Fotografia para ler

Este é um livro de fotografias feito para ser lido. Segundo o prefácio de Jean-Luc Monterosso, um dos fundadores da prestigiosa *Maison Européenne de la Photographie*, na obra de Vicente de Mello, “a fotografia é uma escritura ou, mais precisamente, uma caligrafia que se organiza como uma sinfonia”. E é essa a sensação que se tem ao folhear suas páginas: ainda que seja um livro de imagens, exige do leitor uma imersão similar à requerida por um texto: não há possibilidade de passar por Parallaxis com um olhar desavisado. A estratégia que o autor usa para alcançar esse resultado se baseia na discussão sobre a vocação referencial com a qual a fotografia há muito se bate, do “lápiz da natureza”, de Fox Talbot, às ideias do “isso foi”, de Roland Barthes, em *A Câmara Clara*. Uma das maneiras de manifestar essa contraposição é lidando com formas de reorganização do real. No caso, Vicente de Mello lança mão de

rupturas de escala, descentralizações, reenquadramentos e, principalmente, ainda segundo Monterosso, “da descontextualização do objeto para afirmar que o espaço fotográfico é regido por suas próprias leis, e que o conjunto de seus parâmetros define um espaço diferente do espaço perspectivista”. Outra chave para a aproximação à Parallaxis é a do jogo. Composto por um conjunto de séries fotográficas, as imagens não têm legendas. As indicações de sentido são palavras que funcionam como títulos, algumas vezes meras notações que apontam escalas, exigindo do leitor um constante exercício de decifração. De novo, não é para olhares desavisados. Dividido em sete séries (*Galáctica, Orquestra de trombones, Sete dias, Noite americana, Slidetrip, D’Après e Brasília, Utopia lírica*), produzidas entre 1999 e 2014, reproduz fotografias em cor e em preto e branco. (Flávio Dutra)



EDUARDO AMORIM/FICKR - LICENÇA CC BY-NC-SA 2.0



# O gaúcho em Simões Lopes Neto

Paula Marcolin\*

Além de inaugurar uma forma literária de incontestável singularidade, Simões Lopes Neto resgata em suas narrativas o extinto universo gauchesco da região dos pampas. O autor celebra e dá matiz àquele *gaucho* que figurou a formação da cultura rio-grandense, personagem que ainda habita, irrefutavelmente, o imaginário popular. Tal fenômeno deve sua consolidação aos registros ficcionais que se ocuparam do tema e que, de alguma maneira, contribuíram para que aquela visão do gaúcho com ideais baseados na coragem, na honestidade, na liberdade fosse reverberada com o passar dos tempos.

Por consequência, as discussões acerca de sua obra ainda versam sobre a legitimidade da narrativa deste autor que, predominantemente urbano, não seria capaz de retratar com aguda perspicácia a essência de um povo rural em sua lógica pré-urbana. Em debates como esse, constatamos a inevitabilidade de argumentos incisivos que, mesmo ditados pelos influxos e pelo embate dialético entre pesquisa e passionalidade humana, possam, enfim, respaldar a história contada.

É importante ressaltar, portanto, que a pintura daquele envolvente espaço pampano, dos verdes pagos por onde cavalgam muitos de seus peões, é fruto da experiência aliada à pesquisa histórica. Simões Lopes Neto baseou-se em sua vivência na Estância da Graça, propriedade de seu avô paterno, o Visconde da Graça, e em narrativas e lendas extraídas da literatura oral, de modo que essa rememoração constituísse matéria para as suas histórias. Uma das grandes contribuições do autor pelotense, senão a maior delas, é o registro que faz daquele gaúcho que ainda existia no século XIX, mas que desapareceu com o advento da sociedade de classes.

O gaúcho simoneano, especialmente aquele de *Contos Gauchescos*, protagoniza episódios contextualizados em um corpo social baseado na vivência comunitária, em que ainda inexistia propriamente uma diferenciação de classes. É muito comum encontrarmos nos contos uma integração e uma genuína relação de camaradagem entre

peões e patrões, circunstância impensada em outras partes do Brasil naquele mesmo período. Esses valores, tão exaltados na obra do autor, amparam a unidade entre os homens, destacando-se a coragem, o desimpedimento para a guerra e o desejo de liberdade. Esse último traço representa um emblema que passou a difundir o gaúcho como um homem livre, o que acaba justificando por que ele é um indivíduo que, sem hesitar, deixa sua família ou laços afetivos para participar de conflitos armados que tenham como propósito a manutenção da autonomia política.

Em virtude dessa caracterização, houve um questionamento sobre a mitificação da figura do gaúcho em *Contos Gauchescos*, principalmente por conceber personagens e histórias que não passariam de simples lendas advindas da literatura oral – fato este que suscitou duras críticas a Simões Lopes Neto e questionamentos àqueles que se ocupavam de tais elementos de sua obra. Eram realidade ou meras representações ficcionais? Perguntas como essa ganhavam espaço nos círculos acadêmicos com o propósito de esmiuçar e, sobretudo, compreender a produção do escritor pelotense.

Embora a realidade do gaúcho tenha sido transformada devido às mudanças econômicas e sociais, não é menos verdade que aquele tipo imortalizado por sua pena igualmente retratava habitantes reais da região dos pampas. Como afirma Luís Augusto Fischer, o narrador dos *Contos Gauchescos*, Blau Nunes, possui representação histórica na medida em que remonta as condições de um específico inter cruzar de espaço e tempo. A figura de Blau ultrapassa o tipo regional ao resumir num só paradigma as características essenciais do gaúcho.

O que surpreende é que tais descrições encontradas na caracterização dos personagens simoneanos foram relatadas por um estrangeiro que esteve em nosso estado, chamado Auguste de Saint-Hilaire. Para rapidamente situar o leitor, o botânico francês Saint-Hilaire veio ao Rio Grande do Sul no século XIX, no período de 1820 a 1821, com a finalidade de recolher material para sua pesquisa sobre a fauna e a flora brasileiras.

Enquanto realizava essa investigação, mantinha um diário onde relatava impressões dos habitantes que ali se encontravam, tais como costumes, comportamentos e hábitos alimentares. Com uma formação antes de tudo humanística, o botânico dispunha de uma faculdade de observação incessante que procurava dar conta de tudo que fosse matéria de interesse não apenas científico, mas social. É curioso o fato de que Saint-Hilaire registrava aquele novo universo para um círculo irrisório de leitores. Era quase uma escritura para si mesmo, com minúcias da paisagem, anotações suplementares que coletava em meio às hospedagens. Seu diário foi publicado posteriormente sob o título de *Viagem ao Rio Grande do Sul*.

## O personagem simoneano já estava presente nos relatos do botânico Auguste de Saint-Hilaire

A partir do diálogo entre os escritos simoneanos e os preciosos relatos de Saint-Hilaire, respeitadas suas distintas naturezas, dizemos que há uma sensível coincidência entre os personagens dos contos e as descrições registradas no diário de viagem, ao ponto de se reconhecerem naqueles personagens narrativas verossímeis do gaúcho oitocentista. Saint-Hilaire faz algumas considerações sobre o espírito militar evidenciado como particularidade extremamente marcante daqueles indivíduos que ali habitavam, conforme o fragmento: “Em geral os homens desta capitania são extremamente corajosos; contam-se deles milhares de feitos que demonstram sua intrepidez. Estão sempre dispostos às mais árduas lutas, mas ao mesmo tempo é difícil sujeitá-los a uma disciplina regular. Para guerrear deixam, sem pesar algum,

suas famílias, mas após a vitória procuram retornar aos lares”. Em outro momento, ele reitera: “Esta capitania seria de qualquer modo escola para as outras. Seria dotada de atividade, espírito militar e dum sentimento nacional que só a guerra faz nascer”.

Essa importância e voluntariedade com que o gaúcho trata as obrigações militares, não as encarando como um mero dever cívico a que deve se resignar, é bem verificada nos contos de Simões Lopes Neto. Em *Melancia - Coco Verde*, por exemplo, vê-se que, embora Costinha amasse sua Talapa e tenha prometido casar-se com esta, ele opta por servir na guerra: “Diante do dever o moço engoliu a tristeza, e mesmo não quis se desmoralizar desertando justamente naquela hora de peleia”. Constata-se que não é colocada em dúvida a prioridade de Costinha de colaborar com a defesa de seu território, mesmo sabendo que sua amada estava prestes a casar-se com outro.

Na tentativa de contestar aqueles que questionam a veracidade do retrato popularizado do gaúcho do século XIX, as conexões entre essas obras são um argumento poderoso em defesa do gaúcho de Simões, sobretudo quando consideramos que os relatos de Saint-Hilaire são, em última análise, impressões de um viajante estrangeiro, presumidamente desapaixonadas e tecidas sob uma lente pretensamente científica.

Nesse entrelaçar de diálogos que se alimentam ora de pesquisa histórica, ora de investigação literária, percebemos que as representações recorrentes na literatura são indicativos preciosos para respaldar fatos históricos, por entendermos que ali estão não apenas episódios ficcionais, mas também representações da realidade. O cotejo trazido entre a obra do botânico francês, um observador arguto, e a ficção do escritor pelotense e suas histórias apaixonadas tecidas pelo guasca Blau Nunes revela uma união de narrativas que se completam e, mutuamente, se amparam. É o que chamamos de uma acertada univocidade entre o literário e o histórico.

\*Mestranda em Literatura Brasileira do PPG em Letras da UFRGS



► **Redação** Ânia Chala | Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para [jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br)

## DESTAQUE



# Mundo do jovem negro

**TPE 2015**

## Temporada estreia com Qual a diferença entre o Charme e o Funk

Neste mês, a Sala Alziro Azevedo apresenta *Qual a diferença entre o charme e o funk?*, peça que dá início à 11.ª edição do projeto Teatro, Pesquisa e Extensão (TPE). Criação coletiva que faz um resgate das identidades de seus sete jovens atores negros, o espetáculo foi concebido pela aluna Camila Falcão para a disciplina Estágio de Atuação I, do curso de Teatro da UFRGS, sob a orientação da professora Celina Alcântara.

Segundo Camila, a montagem aborda um mundo desconhecido na Universidade. “Apesar das cotas, quase não há negros na UFRGS. Um simples encontro, reunindo oito estudantes, já provocava perguntas do tipo: ‘Por que todos os negros estão aqui juntos?’. Ao que retrucávamos: ‘Por que todos os brancos estão juntos?’. A professora que me orientou é

a única negra docente do Instituto de Artes. Então, pra ela essa experiência também foi muito importante.” No palco, são encenadas histórias que abordam o conservadorismo em família, o sincretismo entre as religiões de matriz africana e o catolicismo, o funk e sua relação com o cotidiano nas periferias.

**Arqueologia pessoal** – Estudante de Teatro desde 2010, Camila conta como foi o processo criativo: “Havia um pensamento comum entre os poucos alunos negros do DAD, pois sempre que a gente se reunia dizíamos: ‘Vamos fazer um espetáculo só com artistas negros!’. Isso porque em muitos trabalhos não éramos escolhidos, uma vez que o personagem era filho de alguém, mas não havia ninguém para fazer o papel do pai ou da mãe, já que todo mundo era branco. Um dia, reunimos todos esses estudantes em uma festa e um dos meninos nos ensinou alguns passos de *charme* [dança derivada do movimento popular cultural surgido nos anos 1980 que propõe uma reinvenção da identidade negra]. E nisso começamos a fazer músicas, vídeos e a ler textos sobre os negros jovens”. Quando surgiu

a oportunidade de criar um espetáculo, a proposta tornou-se realidade.

A estudante relata que o texto foi concebido a partir de um processo chamado arqueologia pessoal: “Montamos um congá [altar utilizado nas religiões de matriz africana onde ficam os santos e outros símbolos], para o qual cada ator trouxe objetos ligados à sua história pessoal. Eles, então, contavam ao grupo que história era aquela. E assim fomos construindo as cenas que compõem o espetáculo”, descreve. Esses mesmos objetos são usados no palco presos a uma grande cortina, que serve de cenário para as situações representadas em cena. A cortina, bem como os figurinos, foi confeccionada pela mãe da estudante, que é costureira. A jovem atriz destaca o trabalho do músico João Pedro Cé, integrante da banda de afrobeat Teatros Espaciais Manuais, que compôs a trilha sonora do espetáculo.

A peça pode ser assistida em todas as quartas-feiras de abril em duas sessões diárias: às 12h30 e às 19h30, com entrada franca. A Sala Alziro Azevedo funciona na Avenida Salgado Filho, 340.

## CINEMA

### De volta ao passado: o cinema dos anos 80

Mostra da Sala Redenção que exibe filmes que foram destaque nas telas nos anos 1980. Curadoria de Marcelo Pizarro Noronha e Tânia Cardoso de Cardoso. Entrada franca.

**CORPOS ARDENTES** (*Body Heat*, EUA, 1981, 113 min), de Lawrence Kasdan  
Sessão: 1.º de abril, 16h

**O BAILE** (*Le Bal*, França, Itália, Argélia, 1983, 110 min), de Ettore Scola  
Sessões: 1.º de abril, de 19h; 2 de abril, 16h

**FITZCARRALDO** (Alemanha Ocidental, Peru, 1982, 158 min), de Werner Herzog  
Sessões: 2 de abril, 19h; 6 de abril, 16h

**ERA UMA VEZ NA AMÉRICA** (*Once upon a Time in America*, EUA, 1984, 229 min), de Sergio Leone  
Sessões: 6 de abril, 19h; 7 de abril, 19h

**BRAZIL, O FILME** (*Brazil*, EUA, 1985, 131 min), de Terry Gilliam  
Sessões: 7 de abril, 16h; 8 de abril, 16h

**CORAÇÃO SATÂNICO** (*Angel Heart*, EUA, Canadá, Reino Unido, 1987, 113 min), de Alan Parker  
Sessão: 9 de abril, 16h



**DAUNBAILÓ** (*Down by Law*, EUA, Alemanha, 1985, 104 min), de Luc Besson  
Sessões: 9 de abril, 19h; 10 de abril, 16h

**RAN** (Japão, França, 1985, 160 min), de Akira Kurosawa  
Sessões: 10 de abril, 19h; 13 de abril, 16h



**SUBWAY** (França, 1985, 104 min), de Luc Besson  
Sessões: 13 de abril, 19h; 14 de abril, 16h

### Do Micro ao Macro Espaço: sobre as Formas de se Viver

A Sala Redenção apresenta produções que abordam a nossa relação com os espaços que habitamos. Curadoria de Ricardo Curti. Entrada franca.

**A ESPUMA DOS DIAS** (*L'Écume des Jours*, França, 2013, 120 min), de Michel Gondry  
Sessões: 15 de abril, 16h; 23 de abril, 16h

**FOGO E PAIXÃO** (Brasil, 1988, 90 min), de Marcio Kogan e Isay Weinfeld

**11 DE SETEMBRO** (EUA, 2002, 11 min), de Sean Penn  
Sessões: 15 de abril, 19h; 16 de abril, 16h

**MEDIANEIRAS** (Argentina/Espanha, 2011, 95 min), de Gustavo Taretto  
Sessões: 16 de abril, 19h; 17 de abril, 16h

**MEU TIO** (*Mon Oncle*, França, 1958, 120 min), de Jacques Tati  
Sessões: 17 de abril, 19h; 20 de abril, 16h

**METRÓPOLIS** (Alemanha, 1927, 153 min), de Fritz Lang  
Sessões: 20 de abril, 19h; 22 de abril, 16h

**O DESPREZO** (*Le Mépris*, França, 1963, 100 min), de Jean-Luc Godard  
Sessões: 23 de abril, 19h; 24 de abril, 16h

**O HOMEM AO LADO** (*El Hombre al Lado*,

Argentina, 2009, 110 min), de Mariano Cohn e Gastón Duprat  
Sessões: 24 de abril, 19h; 27 de abril, 16h

**O SOM AO REDOR** (Brasil, 2012, 100 min), de Kleber Mendonça Filho  
Sessões: 27 de abril, 19h; 28 de abril, 16h

**NÃO POR ACASO** (Brasil, 2007, 100 min), de Philippe Barcinski  
Sessões: 28 de abril, 19h; 29 de abril, 16h

**SQUAT, LA VILLE EST À NOUS** (França, 2011, 94 min), de Christophe Coelho  
Sessões: 29 de abril, 19h; 30 de abril, 16h



**MANHATTAN** (EUA, 1979, 96 min), de Woody Allen  
Sessão: 30 de abril, 19h

### Cine F

Projeto de extensão dos alunos da Comunicação coordenado pelo Núcleo de Cinema da Fabico que exibe mensalmente um filme para debater a sexualidade no cinema. Sessão na Sala Redenção, seguida de debate. Entrada franca.

**ONDE JAZ O TEU SORRISO?** (Portugal/França, 2001, 104 min), de Pedro Costa  
Sessão: 8 de abril, 19h

### Cinemas em Rede

Exibição de filme com a utilização da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Sessão na Sala Redenção com entrada franca.

**SIMONE** (Brasil/Colômbia/Espanha, 2013, 76 min), de Juan Zapata  
Sessão: 14 de abril, 19h

## EXPOSIÇÃO

### Urbe Revisitada

Mostra fotográfica de Lucia Marques, que exibe um conjunto de imagens produzidas nas cidades de Porto Alegre, Montevideo e Asunción. A autora inspirou-se na frase “Todos os lugares são o mesmo lugar, todas as terras são a mesma”, do poema *Acordar*, de Álvaro de Campos. Visitação: 20 de abril a 22 de maio  
Local e horário: Saguão da reitoria, das 8h às 18h30min  
Entrada franca

### Presença da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo nos 80 anos da UFRGS

Exposição do conjunto de obras do acervo da Universidade. Idealizada pelo Instituto de Artes em parceria com o Departamento de Difusão Cultural, ambos da UFRGS, com curadoria de Blanca Brites e Paulo Gomes. Visitação: até 29 de maio  
Local e horário: Salão de Festas da reitoria da UFRGS, de terça a sexta, das 10h às 18h  
Entrada franca

### Coleções de Saberes: trajetórias de conhecimentos

Instrumentos, obras de arte, artefatos arqueológicos, fósseis, publicações, rochas e minerais, acervos de ensino e muitos outros elementos mostram uma visão multidisciplinar da história da Universidade e do conhecimento. Visitação: até 29 de maio  
Local e horário: Museu da UFRGS, de segunda a sexta, das 9h às 18h  
Entrada franca

## ESPECIAL

### NósOutros Gaúchos

Início do ciclo de debates que irá discutir o jeito de ser predominante do gaúcho. A atividade se estenderá até outubro, englobando ações culturais nas áreas do cinema, do teatro, da dança e da música. Promoção do Departamento de Difusão Cultural e do Instituto Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA). Curadoria de Eduardo Mendes Ribeiro, Jaime Betts e Sinara Robin. Data: 23 de abril  
Local e horário: Salão de Festas da reitoria, às 20h30  
Entrada franca

## MÚSICA

### Vale Doze e Trinta

Projeto que abre espaço para que grupos musicais divulguem seu trabalho, por meio de apresentações mensais com entrada franca. Inscrições e informações no site [difusaocultural.ufrgs.br](http://difusaocultural.ufrgs.br).

**DOZE DOSES**  
Leo das Doses (baixo), Mário Ferrolho (guitarra), Jhow Cavalheiro (bateria) e Lucas Mallmann (percussão) são os músicos que preparam o ritual sonoro para as poesias e composições do rapper Kauê da Doze. As composições do grupo de rap fletam com o samba, a

bossa nova, o reggae, o blues e o maracatu. Data: 14 de abril  
Local e horário: Praça Central do Câmpus do Vale, 12h30

**BATALHA DO VALE**  
Lançamento de projeto que propõe uma aproximação entre a comunidade acadêmica e as manifestações do hip hop das várias comunidades de Porto Alegre, por meio de apresentações de MCs, breakdance e grafiteiros. Mediação cultural: Jose Luis Abalos Júnior  
Data: 15 de abril  
Local e horário: Câmpus do Vale, 17h

## ONDE?

► **Museu da UFRGS**  
Oswaldo Aranha, 277  
Fone: 3308-3390

► **Sala Alziro Azevedo**  
Salgado Filho, 340  
Fone: 3308-4318

► **Sala Redenção**  
Luiz Englert, s/n.º  
Fone: 3308-3933

► **Saguão da Reitoria**  
Paulo Gama, 110 - térreo  
Fone: 3308-3933

► **Salão de Festas**  
Paulo Gama, 110 - 2.º andar  
Fone: 3308-3034

## Meu Lugar na UFRGS

GUSTAVO DIEHL/JU



## Sonhos tardios

A possibilidade de ter uma graduação sempre habitou os sonhos de Rejane. Em Bagé, sua terra natal, chegou a iniciar os estudos na faculdade de Ciências Contábeis, mas abandonou o curso quando decidiu se mudar para Porto Alegre. Mãe de quatro filhos e trabalhando com contabilidade, foi aos 47 anos que ela conheceu o curso pré-vestibular CEUE (Centro dos Estudantes Universitários da Engenharia). O lugar devolveu-lhe a esperança de algo que parecia inalcançável.

O filho mais velho de Rejane Maria Oliveira de Lima, Bolívar, ingressou na Engenharia de Automação da UFRGS em 2008. Foi ele quem a incentivou a participar do cursinho pré-vestibular: "Ele me contou sobre o curso, que era popular e preparava o pessoal para a seleção da Universidade. No início, depois de tanto tempo sem estudar, achei que não ia dar. Mas como eu gostava de estudar em casa e até tinha um livro de matemática que as crianças costumavam esconder de mim, meu filho falou que eu ia conseguir acompanhar", conta.

Ela se inscreveu no CEUE em 2010 para tentar entrar no curso de Ciências Contábeis da UFRGS. Criado na década de 50, as vagas do cursinho pré-vestibular são destinadas preferencialmente a estudantes da rede pública e a alunos com baixa renda. Rejane optou pela UFRGS, pois não teria maneira de cursar uma faculdade se tivesse de arcar com os custos: "Tenho quatro filhos, dois já estão na faculdade. Eu não teria como pagar pra todo mundo. Então pensei que a minha chance era a Universidade mesmo".

Diariamente, ela se deslocava da zona sul para trabalhar do meio-dia às seis horas da tarde no centro da capital, quando saía do emprego e ia às pressas assistir às aulas do cursinho no Prédio Novo da Engenharia, no Câmpus Centro. Rejane só chegava em casa perto da meia-noite. A rotina era intensa, cansativa, e as angústias relativas ao futuro

foram compartilhadas com sua filha Iracema. A menina estudava em outro cursinho com a intenção de prestar vestibular para Jornalismo no mesmo ano que a mãe. A espera pelo listão foi de sentimentos duplicados: "Foi muito engraçado. Eram duas faixas na frente de casa. E todo mundo vinha perguntar 'Passou a mãe e a filha?'. Foi uma das sensações mais gratificantes que tive nesses meus 50 e poucos anos".

O CEUE marcou sua vida, pois lhe deu a possibilidade de realizar algo que ela não acreditava mais possível. Na época, estava em uma turma com 40 alunos. No fim do ano, restou a metade do grupo. Dos que sobraram, oito foram aprovados. Ela relembra com carinho de como os professores conseguiram resgatar coisas que já estavam esquecidas e ressalta a importância de fazer parte de um cursinho popular: "Quando fiz, nem havia tantos cursinhos populares, eram poucos. Agora já existem muitos outros. É uma oportunidade única – e que deve ser aproveitada – pra quem não pode pagar um curso particular. Te dá a chance de ter uma graduação".

O futuro de Rejane foi redesenhado. No trabalho, sua história serviu de inspiração a outros colegas que resolveram voltar aos estudos. Muitos conseguiram bolsa em faculdades particulares pelo Prouni e outros ingressaram na UFRGS. Em agosto, Rejane se formará aos 53 anos, mas não pretende abandonar a vida acadêmica: "Um dia desses eu tava conversando com uma professora, e ela me perguntou: 'Rejane, por que tu não faz um mestrado e vem dar aula aqui na UFRGS?'. Eu fiquei seriamente pensando em fazer um mestrado e me tornar professora universitária", revela.

**Jéssica Menzel, aluna do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico**

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

## Perfil

# Raízes no campo

**Gilmar Marodin**  
*Mantendo a tradição familiar, o professor cultiva pomares em sua chácara*

Dedicação talvez seja a palavra que melhor descreva a relação do professor da Faculdade de Agronomia Gilmar Arduino Bettio Marodin com a Universidade, a fruticultura, sua especialidade dentro da Agronomia, e a família. Nascido em 1957 na mesma chácara em que seus pais ainda vivem no bairro Campo Novo, na zona rural de Porto Alegre, ele teve contato desde cedo com o trabalho no campo, principalmente com o cultivo de frutos e flores. Filho do casal Arduino Marodin e Maria Regina Bettio Marodin, sempre precisou auxiliar os pais durante os períodos de plantio, poda, colheita e venda de pêssegos, uvas e flores. A tradição na agricultura veio dos avós, imigrantes italianos que se fixaram no RS – a família Marodin em Garibaldi e os Bettio em Porto Alegre. Mesmo atuando na docência, Gilmar mantém forte a sua ligação com a lida no campo e, atualmente, mora na chácara em que sua esposa nasceu – situada a 200 metros da casa de seus pais. Com o auxílio da mulher, dos filhos e de seus cunhados, continua cultivando pomares e trabalhando como pequeno produtor nas horas vagas.

**Escrevendo a mão** – Porém, seguir a carreira na Agronomia não foi a sua primeira opção. Durante o ensino médio, fez um curso profissionalizante de Mecânica no Parobé e a sua intenção era fazer o vestibular para Engenharia Mecânica. Entretanto, na hora da inscrição, mudou de ideia e escolheu a Agronomia. "Não passei de primeira, mas fiquei o ano inteiro estudando e, em 1977,

consegui entrar na 46.ª colocação. Desde o primeiro semestre, gostei do curso e tive certeza de que tinha feito a escolha certa", lembra. Logo passou a frequentar a Estação Experimental Agronômica (EEA), em Eldorado do Sul: "Passei a me relacionar com os professores da fruticultura. Na época, era muito raro ter bolsa de pesquisa, então fiquei sendo voluntário e ia para a Estação quando podia. Rapidamente adquiri um carinho especial pelo lugar, até porque plantei as primeiras nogueiras-pecã e os caquizeiros, que estão até hoje produzindo".

Em 1980, concluiu a graduação e foi aprovado em um concurso da Emater em Santa Catarina. Porém, após três anos, resolveu fazer mestrado na UFRGS e, por não conseguir dispensa no trabalho, pediu demissão, voltando a Porto Alegre, mesmo sem bolsa. No final de 1984, ingressou em um projeto na EEA como agrônomo, passando a morar no local de segunda a sexta. "Ficava nos alojamentos e foi lá que produzi a minha dissertação de mestrado e, mais tarde, parte da tese de doutorado. Eu escrevia todas as noites no quarto número 1 da Estação. Não havia computadores nem máquinas de escrever por lá. Escrevia a mão, trazia pra casa, datilografava e depois entregava ao meu orientador. E foi assim até o final".

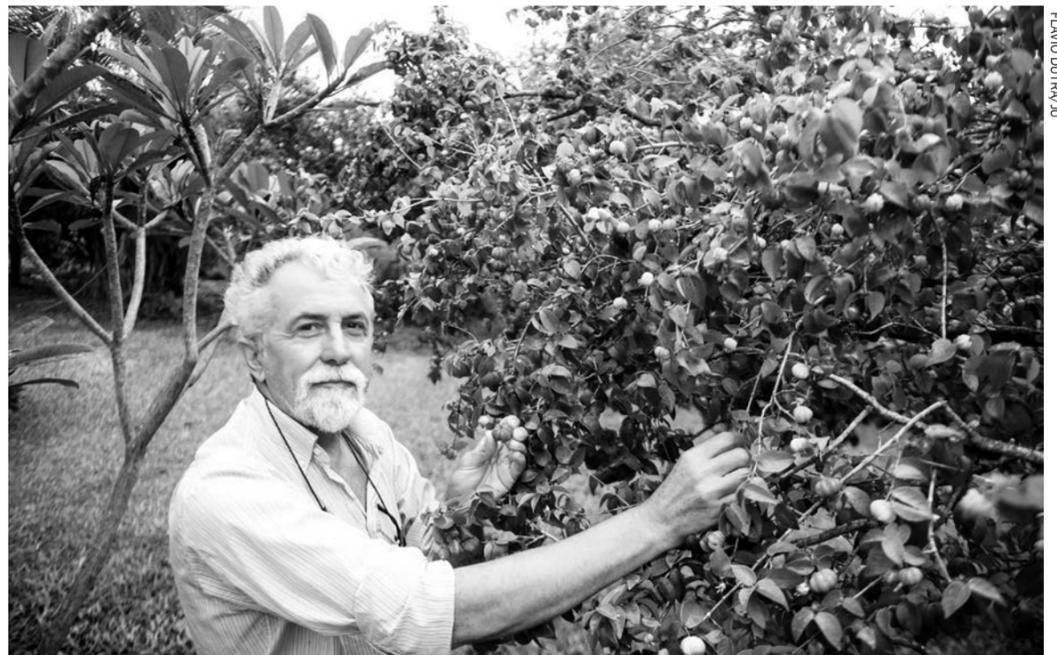
Em 1985, Gilmar passou em um concurso interno da Universidade para professor e assumiu a responsabilidade pela área das frutas temperadas, setor do qual cuida até hoje, incluindo os pomares que plantou no início da sua graduação. Três anos mais tarde, foi eleito diretor da Estação. Também nessa época casou com Rosilan Ferreira Antonello. O casal havia se conhecido no primário – ela cursava o quarto ano e ele, o quinto –, mas os dois acabaram estudando na mesma turma, devido à falta de professores. O namoro começou na adolescência, após encontros nos bailes de garagem, organizados na vizinhança do lugar em que moravam.

**Bodas na Estação** – A cerimônia de casamento ocorreu em 1988, na Capela de São Pedro, localizada na EEA, o patrimônio mais antigo da UFRGS. A escolha do local foi para dar visibilidade ao prédio, que precisava de reparos, e pelo grande apreço que o docente cultivava pela Estação. Outro aspecto foi o ambiente rural que agrada muito ao casal, já que ambos vêm de famílias de pequenos produtores. Gilmar e Rosilan tiveram quatro filhos: Francisco, Giuseppe, Guilherme e Bibiana. Para a alegria do pai, Francisco e Bibiana resolveram cursar Agronomia na UFRGS e foram seus alunos. A caçula é sua aluna neste semestre. "Alguns veem nisso um problema de ética e fazem piadinha, mas podem falar o que quiserem: na hora de corrigir a prova pra mim todo mundo é igual", diz sorrindo.

Por oito anos, foi diretor da Faculdade de Agronomia, coordenando as reformas do centenário prédio central da unidade, mas nunca abandonou suas classes de fruticultura. Gilmar também se considera parte da história da produção da maçã e do pêssego no país: "A maçã está na quarta geração de mudança de tecnologia, mas, quando comecei, ela estava nas primeiras culturas comerciais no Brasil, e hoje esse é um mercado consolidado", ressalta.

Completando 30 anos de UFRGS neste ano, o professor ainda participa de pesquisas e orienta mestrados e doutorandos, o que não lhe dá perspectiva para se aposentar nos próximos cinco anos. "Quando a gente trabalha com plantas, se pode pensar em como elas vão estar daqui a duas décadas, se ainda estarão produzindo, que porte irão ter, como irão estar os frutos. E isso vai te empurrando, porque você quer acompanhar o crescimento delas." E, assim, Gilmar continua dedicando seu tempo aos pomares que ele mesmo plantou na chácara de seus pais, em sua casa e na EEA.

**Laura Pacheco dos Santos, aluna do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico**



FLAVIO DUTRA/JU

### Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para [jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br) e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



Entrar em uma casa de estudante, assim como qualquer processo de mudança, é um grande período de desvínculos: primeiro se sai da nossa cidade, da casa dos pais, da rotina já estabelecida e, mesmo que com muito estranhamento, se abre o caminho para outros vínculos. Esses novos laços dentro de uma casa coletiva significam aprender a viver no plural, a compartilhar espaços e histórias. Não só se reparam quartos, mas vidas. Não é possível falar de uma experiência individual, e sim das múltiplas vivências que se interligam nesse espaço. A CEUFRGS, como uma casa de estudante, é um grande corpo contendo nele outros corpos que a movimentam. Movimentam a casa, mas, acima de tudo, possibilitam que cada morador desse espaço vivencie os anos de academia com a garantia de ter um local que o acolha e lhe garanta condições para concluir a graduação.

A CEUFRGS é um mundo no qual muitas pessoas circulam, não sem deixar algo. É nesse algo que possivelmente reside a essência da casa. Para além dos muros da graduação de cada um, entramos em contato – às vezes até em choque – com o que nossos colegas nos trazem. De repente, aquele desvínculo inicial que se estabelecia nas relações acontece no mundo das nossas ideias, das nossas ideologias. Nesse movimento, poderíamos dizer, talvez, que a casa toca, muda e atinge aqueles que a experienciam.

A maior aflição com a qual temos de conviver diariamente é perceber que esse mundo tão rico, plural e diverso é extremamente limitado no que diz respeito à garantia do acesso a quem dela necessita.

Olhamos para nossa casa e, depois de enxergarmos nela os sentimentos de que falávamos, percebemos também as marcas reais do sucateamento pelo qual ela passa. Como as demais moradias de estudantes, ela depende de um olhar humano para as suas necessidades – olhar esse de que sentimos falta, a fim de que esses espaços continuem escrevendo novas histórias.



**MARA MARQUES MOREIRA E PATRÍCIA SUDRE**  
SÃO ALUNAS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRGS (9.º E 5.º SEMESTRES, RESPECTIVAMENTE) E MORADORAS DA CASA DO ESTUDANTE DA UNIVERSIDADE NO CÂMPUS SAÚDE.

# Vidas no coletivo

FOTOS RAMON MOSER TEXTO MARA MARQUES MOREIRA E PATRÍCIA SUDRE

PENSAR QUE IR PARA A UNIVERSIDADE é apenas uma questão de conhecimento é reduzir a vida acadêmica a uma única dimensão, afinal normalmente isso exige uma mudança significativa na rotina dos calouros que chegam à UFRGS. Residir na capital, longe do núcleo familiar, pode representar, nesse sentido, uma limitação ou mesmo um obstáculo ao início e à manutenção dos estudos.

A Universidade oferece a possibilidade aos estudantes oriundos do interior do estado e da região metropolitana de morar em uma das três casas de estudantes. Hoje, são 514 residentes divididos entre os três espaços. Para que tenham acesso às casas, os estudantes passam por um processo seletivo que avalia suas condições socioeconômicas. Entre elas, não morar em Porto Alegre, não possuir diploma de nível superior e ter uma renda familiar mensal inferior a um salário mínimo e meio per capita. Além desse auxílio com a moradia, a Universidade, por meio de sua Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), tem adotado um conjunto de ações de assistência para assegurar o ingresso e a permanência desses alunos: acesso aos restaurantes universitários sem custo algum – inclusive com café da manhã apenas para os residentes das casas de estudante; verba para a alimentação nos fins de semana, quando os RUs estão fechados; programa de saúde com atendimento odontológico e médico-ambulatorial; auxílio-transporte para Porto Alegre e região metropolitana; ajuda financeira para custear despesas de dependentes de até 5 anos de idade; e um valor mensal para bancar despesas com o material necessário para as aulas. Ainda, quando não há vagas para todos os solicitantes de moradia, a PRAE oferece um auxílio mensal até que haja disponibilidade.

Na avaliação da assistente social Patricia Brito, responsável pela Divisão de Seleção e Acompanhamento Psicológico, Pedagógico e Social da Universidade, esse é um trabalho bastante complexo, mas que demonstra a relevância do papel desempenhado pela instituição de ensino superior. “É gratificante ver que muitos usaram a assistência, se beneficiaram e saíram formados”, resume. Também o pró-reitor de Assuntos Estudantis da Universidade, Angelo Ronaldo Pereira da Silva, percebe a importância desse tipo de ações – enfatizadas por ele como prioridades dentro do contexto da UFRGS. Tanto é que relata haver um esforço conjunto dele e de seus pares de outras instituições federais de ensino superior para que não haja nenhum tipo de corte no orçamento da União destinado a essas ações. “Tem universidades que não estão dando conta da inclusão”, diz. E logo ressalva: “A UFRGS ainda consegue se manter”.

Tendo em vista essa função da assistência estudantil dentro das políticas de inclusão, o *Caderno JU* deste mês visitou a CEU e a CEUFRGS, duas das residências oferecidas pela Universidade a seus estudantes, para conhecer um pouco mais da realidade que nelas se organiza. As vantagens e dificuldades da vida em conjunto, as formas de gestão e de superação de limitações e os problemas enfrentados no cotidiano desses acadêmicos estão entre os temas que mais emergem dos diálogos.

# Em casa

TEXTO EVERTON CARDOSO FOTOS FLÁVIO DUTRA E RAMON MOSER

A maior casa de estudantes da Universidade é conhecida como CEU e está situada na Avenida João Pessoa, no Centro Histórico. Lá residem 374 estudantes, distribuídos em seis andares de quartos duplos e alguns poucos individuais. Sendo esta a maior residência do gênero na UFRGS, pode servir de parâmetro: concentra 73% dos usuários desse tipo de assistência. A diversidade de perfil dos moradores é perceptível pela variedade de cursos dos quais os acadêmicos são oriundos: 66. Entre estes, os que mais têm estudantes na casa são Ciências Sociais e Agronomia, cada um perfazendo pouco mais de 5% do total, seguidos de Ciências Sociais e Jurídicas – Direito –, Engenharias Civil e Mecânica, Letras, Medicina e Pedagogia. Outros dados ajudam a complementar o perfil dos moradores da CEU: 42% ingressaram na graduação por meio do acesso universal ao vestibular; 36% por cotas para estudantes de escolas públicas; 10% como egressos do ensino público e com baixa renda; 6% autodeclarados negros, pardos ou indígenas e com baixa renda; e 6% apenas em razão de sua autodeclaração racial.

**Convivência** – “A melhor parte da casa é aprender a dividir e a conviver em harmonia”, declara a estudante de Pedagogia Raquel Specht. Residente desde 2010 na CEU, a jovem de 24 anos diz que o respeito às diferenças está entre os maiores desafios. Ela exemplifica com as particularidades relativas à adaptação aos horários, ao gosto na decoração do quarto e mesmo às opiniões. “As pessoas acham que aqui é uma baderna, mas não é assim. Quebramos muitos estereótipos, porque entramos em contato com a realidade da casa”, pondera. A acadêmica de Museologia Jeanne Laborido, de 22 anos, avalia esses quatro anos de convivência – ainda lhe falta um para se graduar – como uma oportunidade única para a construção de seu caráter. É gente dos mais variados lugares do Brasil – e, inclusive, alguns estrangeiros – com os mais diversos tipos de formação e em diferentes áreas do conhecimento. “Construímos uma grande família aqui dentro, afinal, temos de conviver com as pessoas, vê-las todos os dias”, relata. São, segundo ela, laços que não se rompem mesmo depois da saída da casa. Tanto é que os estudantes que lá residem sempre têm histórias de colegas com quem estabelecem relações de amizade que transcendem a graduação.

A aluna de Zootecnia Maieli Rohr, de 19 anos, também vê na convivência entre estudantes um ponto bastante positivo. “Me dei conta de que comecei a estudar mais depois que mudei pra cá”, admite. Isso se deve, segundo a jovem natural de São José do Sul – município situado a 82 km da capital –, ao fato de sempre ter alguém fazendo atividades acadêmicas por perto. “Boa parte dos moradores estuda muito. Quando eu morava num apartamento que dividia com mais duas pessoas, estudava menos.” Maieli, assim como Jeanne, vê na diversidade uma vantagem: já recebeu ajuda de uma estudante de Ciências Sociais para seus trabalhos sobre Sociologia Rural e de um acadêmico de Engenharia para suas atividades de Desenho Técnico. “Tenho matérias de todas as áreas e, por estar aqui, consegui tirar boas notas em várias cadeiras”, comemora.

**Entrada difícil** – Jeanne, que já dividiu o quarto com seis pessoas diferentes, diz que o mais difícil é se adaptar à rotina dos coabitantes. “Cada um tem um jeito de viver, um horário de acordar. Muitas vezes, quero escutar música, mas minha colega precisa estudar”, observa sobre a situação que costuma resolver usando fones de ouvido e que traduz muito do respeito e da parceria que aos poucos os moradores vão desenvolvendo. A história de sua chegada à CEU, no entanto, mostra o quanto pode ser difícil o ingresso na residência: tinha recebido uma lista da administração da casa com os quartos em que havia disponibilidade, mas não conseguiu contato com os colegas. Acabou morando com um rapaz, situação que não agradava aos pais da então adolescente de 17 anos, o que a levou a buscar uma companhia feminina. “Tinha uma vaga, mas tive de seguir a menina até o quarto e colocar o pé para ela não fechar a porta. Só assim consegui conversar”, rememora. E diverte-se lembrando da experiência de compartilhamento que não passou de um mês: “Coloquei o tênis na janela, e ela reclamou. Disse que a janela era dela, pois ficava perto da cama que usava. Respondi, então, que a porta era minha”.

Também Luális teve dificuldade: foi à CEU diversas vezes, pois os ocupantes dos apartamentos em que havia vagas não respondiam emails nem atendiam telefonemas. Ela conseguiu o quarto 319, que compartilhou com um menino. “Éramos bem diferentes: ele muito, quieto; eu, expansiva; ele, extremamente organizado; eu, bagunceira”, conta. “Foi então que, ao entrar em contato com a estudante de Licenciatura em Ciências Biológicas Daiana Schneider, nossa bagunça se completou. É uma parceria muito grande. Quando vim morar com a Dai, parecíamos duas adolescentes e costumávamos ficar conversando até tarde”, lembra. Daiane diz que a decisão de se mudar para o 318 carrega consigo também certo simbolismo, já que o apartamento está situado na metade do corredor e acaba por ser um ponto de reunião

FLÁVIO DUTRA/JU



dos habitantes do terceiro andar, além do hall próximo à sacada. “Estávamos tão animadas que a Lu quebrou a mão ao cair enquanto subia na janela para pendurar uma faixa acima da abertura”, brinca.

Residente no quinto andar da CEU, Isack Martins, 24 anos, aluno de Engenharia Civil, conta que, ao ingressar na UFRGS, não havia vagas em moradias estudantis. Por essa razão, recebeu o auxílio da Universidade para custear o aluguel de um apartamento que compartilhava com mais três estudantes no bairro Menino Deus. Assim como a maior parte dos moradores, Isack reconhece pontos positivos na vida na CEU. “Tento manter a minha privacidade, mas aqui não tem muito. Sempre tem alguém que fala mais alto”, comenta. Mas apressa-se em dizer o quanto é importante para ele o vínculo que criou com sua atual colega de quarto: “Ela me vê rindo, chorando, doente”.

**Condição** – Com um universo diferente, a CEUFRGS abriga 42 estudantes. As menores dimensões da casa e sua localização no Câmpus Saúde, porém, não são suas únicas particularidades: o espaço é gerido pelos próprios moradores. Eles dividem-se em comissões – cultural, seleção, direção, limpeza, informática e manutenção. Dentro da realidade dessa casa, Mara Marques, aluna da graduação em Serviço Social, é um exemplo de o quanto, mesmo para residentes na região metropolitana de Porto Alegre, viver numa casa de estudante da Universidade faz diferença. “Vir morar aqui proporcionou me dedicar integralmente, ter um aproveitamento melhor. Senão, teria de vir pra cá de manhã e passar o dia perambulando pelos câmpus”, avalia a antes moradora de Cachoeirinha que teria de trabalhar para custear o deslocamento até a Universidade. A acadêmica percebe ainda uma possibilidade de vivenciar o espaço universitário em sua completude: participa de projetos, palestras, encontros aos finais de semana. “Teria de ir embora e voltar. É uma questão de qualidade”, assevera.

O acesso à CEUFRGS, no entanto, é complicado. Isso

porque a casa não oferece vagas suficientes para dar conta do número de estudantes que a procura. Essa é a avaliação de Eduardo Hernandez, aluno de Ciências Sociais que foi do comitê de seleção da residência estudantil até o segundo semestre do ano passado. “Dispúnhamos de quatro vagas, e eram cerca de 30 candidatos. Tinha muita gente precisando. Mas tivemos de ficar com os casos mais dramáticos, o que deixou muitos de fora”, relata. Na visão do estudante, isso é sintoma da pouca importância dada à assistência estudantil pela Universidade – afirmação à qual todos os moradores fazem coro.

Os casos de Patrícia Sudre, do Serviço Social, e Daniel Souza, da Medicina, são emblemáticos. Quando ela se candidatou, havia apenas uma vaga disponível. “A concorrência é como se uma nova CEUFRGS quisesse entrar a cada semestre, mas a casa nunca aumentou o número de vagas”, diz. Como estuda em um dos cursos noturnos – realidade que tem abrigado mais estudantes na UFRGS após a implantação do Reuni – e morava em Canoas, Patrícia tinha bastantes dificuldades no trajeto que fazia diariamente: transporte lotado em horário de pico, assaltos, além do gasto em si. O caso do rapaz é ainda mais marcante: natural de São Roque, no interior de São Paulo, Daniel não teria tido condições de vir para Porto Alegre sem receber algum tipo de assistência da Universidade. “Com as cotas, o acesso de alunos carentes tem ampliado. Para quem vem de outro estado e não conhece ninguém por aqui, isso é fundamental”, relata.

Para a integrante da equipe diretiva da casa e estudante de Geologia Simone Trindade, a experiência de morar na CEUFRGS ainda oferece outra formação suplementar àquela da graduação: é para a vida. “Temos problemas para resolver com infraestrutura. Precisamos correr atrás, pois a UFRGS não vem até nós”, conta. Para ela, a relação que os estudantes estabelecem com as casas está na própria designação do espaço: não são apenas dormitórios onde passam as noites entre as aulas, mas um lar em que têm todas as suas coisas e sua vida durante a permanência na Universidade.

FLÁVIO DUTRA/JU



O cotidiano e os ambientes da residência estudantil situada no Câmpus Saúde da Universidade mostram o quanto, mais que um dormitório, é um lar para os acadêmicos que lá moram

## Problemas e soluções

Durante as conversas com os residentes nas casas oferecidas pela Universidade, diversos foram os problemas e as preocupações apontadas por eles. Lidar com essas questões, no entanto, não é um quebracabeças simples de resolver. De acordo com o pró-reitor de Assuntos Estudantis, Angelo Ronaldo Pereira da Silva, a Universidade passa por um período de renovação como há muito não acontecia no que se refere à estrutura destinada à assistência estudantil. Ele cita como exemplo os restaurantes universitários: os equipamentos das cozinhas eram da década de 1970 e houve, recentemente, um investimento de 1,5 milhão de

reais para a sua modernização. Sequer era possível se conseguir manutenção. Ele aponta ainda a terceirização de alguns serviços da Universidade como causa de algumas dificuldades – dinâmica esta inevitável em razão de posicionamentos que vêm da administração federal. “Estamos contatando o MEC para não haver cortes nos recursos para a assistência estudantil. Tem de haver aumento”, diz.

De forma mais pontual, a diretora da Divisão de Moradia Estudantil, Vera Rosane de Oliveira, diz que as casas têm um tipo muito específico de demanda. “A relação em uma sala de aula é diferente daquela em uma moradia estudantil. Precisamos criar uma cultura

diferente, capaz de entender que hoje estamos com a política de inclusão. Para isso acontecer de fato, é preciso dar condições”, pondera. Na mesma linha, opina a responsável pela Divisão de Seleção e Acompanhamento Psicológico, Pedagógico e Social da Universidade, Patrícia Brito. Ela, porém, ressalta a inevitabilidade de que os interesses estudantis sejam vistos a partir das necessidades da comunidade acadêmica como um todo. “Eles precisam acordar as demandas entre eles para que possamos definir quais problemas são mais sérios”, explana. A seguir, então, o ponto de vista da Pró-reitoria sobre os temas mais recorrentes.

**Falta de vagas** A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis tem trabalhado com dois projetos para a expansão da moradia estudantil. O primeiro deles é a aquisição de um prédio que irá abrigar uma nova casa de estudantes na região central da cidade. Essa busca já teve início, mas tem esbarrado na inadequação dos imóveis disponíveis e nas exigências do plano diretor da cidade. Outra perspectiva é a construção de prédio para este fim no Câmpus do Vale. Nesse caso, o projeto já foi aprovado e aguarda dotação orçamentária para que as obras comecem.

**Pequenos e médios reparos** As casas contam com zeladores, inclusive à noite. A administração recomenda que os estudantes estabeleçam um vínculo mais próximo com a equipe de manutenção e com os demais profissionais que trabalham nas moradias.

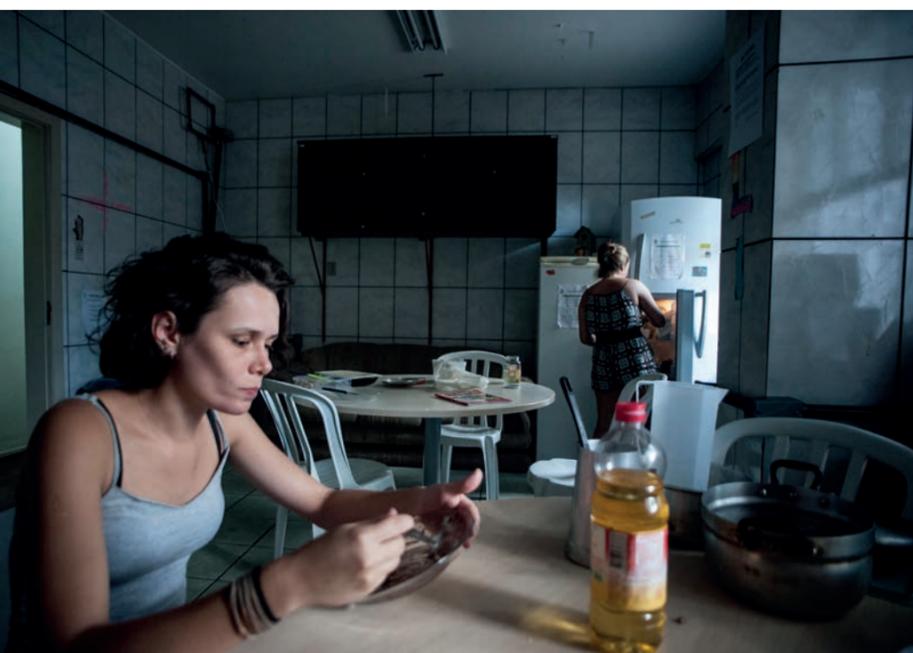
**Segurança e acesso** A divisão de moradia tem solicitado às prestadoras de serviço nessa área que contratem profissionais com perfis específicos para ocuparem essas posições, afinal, são prédios residenciais. Os estudantes também precisam estar abertos a um sistema mais rigoroso de controle de entrada e saída na portaria. Uma das soluções ora cogitadas, principalmente para a CEU, é a colocação de interfones nos quartos.

**Prevenção contra incêndios** Uma empresa foi licitada e não deu conta do projeto. Houve um novo processo com prioridade para as casas de estudantes.

**Cozinha e lavanderia insuficientes** O uso de eletrodomésticos nos quartos pode causar sobrecarga nas redes elétricas das casas. Na CEU, já foi feita a troca do transformador e da fiação, mas ainda assim não é suficiente para a quantidade de dispositivos lá existentes. Os prédios não comportam a construção de novas cozinhas sem que haja a redução no número de quartos. Quanto ao equipamento para a cozinha e para a área de serviço, é preciso que os estudantes apresentem as demandas. Quantos às lavadoras de roupa, há a possibilidade da aquisição de máquinas industriais, mas isso ainda depende de processos de compra e de avaliação de questões hidráulicas, elétricas e de infraestrutura da Universidade.

**Conexão de internet sem fio** Os equipamentos já foram adquiridos e aguardam a instalação na CEU.

**Lugar para guardar bicicletas** Ainda não há solução prevista por falta de espaço físico.





RAMON MOSEER/JU

# Viver com pouco

## Indígena conta a experiência de deixar a reserva em que vivia para morar na CEU

Imagine-se uma área correspondente a quinhentas vezes o tamanho do parque da Redenção, sendo dois terços dela cobertos por mata atlântica e o restante ocupado por plantios diversos. Assim é a Terra Indígena Nonoai, reserva situada no município homônimo, no norte do Rio Grande do Sul. Imagine-se, então, uma vida em coletividade dentro de uma tribo indígena: não há rotina. Ainda que cada núcleo familiar tenha a sua oca feita de massa de barro e folhas de bananeira, é no conjunto da aldeia que a vida acontece. Quando um habitante do lugar decide pescar, por exemplo, vai chamando os demais membros e, em conjunto e com arcos e flechas, saem à busca de peixes. Há dois anos ainda era assim a vida de Marcos Vesolosquzi Fidelis, de 20 anos. Hoje, ele é estudante de Direito na UFRGS e morador da CEU. “Nasci bem no interior do interior. É onde Judas perdeu as meias e não voltou pra buscar”, diverte-se. O kaingang diz sentir muita falta da liberdade que tinha em sua terra natal, sem que ninguém estivesse lhe dizendo como as coisas devem ser, desde que seguisse as regras da tribo. “Caminhava livremente, sem perigos. Aqui já fui assaltado três vezes numa semana”, conta sobre os episódios ocorridos em plena luz do dia.

**Vida simples** – Além da liberdade que tinha na reserva em que morava, Marcos revela que o espírito coletivo é uma das coisas de que mais sente falta. “A gente nunca pensa só em si. Vivemos em grupos, então precisamos pensar em conjunto”, relata o estudante sobre a forma de organização de

seu povo. Nesse espírito, o que é de um é de todos; tudo é partilhado. Por isso, a maneira de se relacionar das pessoas na nova morada causa-lhe, ainda, certa estranheza. Por outro lado, ele também desperta muito a curiosidade daqueles com quem convive na capital. “Esses dias uma colega me perguntou se eu não queria um carro. Respondi que não. Pra que iria querer um carro?”, questiona para mostrar o quanto a busca por riqueza não é algo que faça parte de seus desejos – e nem dos de seus semelhantes. Marcos observa, entretanto, que foi preciso se adaptar a algumas coisas quando chegou a Porto Alegre: teve, por exemplo, de providenciar um celular e fazer um perfil no Facebook. “Se não tiver, fico por fora de todas as coisas da faculdade”, admite.

O jovem entrou para a Universidade há dois anos, por meio do programa de reserva de vagas para indígenas. Anualmente são selecionados dez alunos novos. Ele soube da perspectiva de chegar a uma universidade federal pelo relato de um estudante de sua mesma origem que se formara na turma anterior à dele no ensino médio. “Ele estuda Medicina. Entrou na UFRGS em 2008 e está apanhando para se formar. Mas sempre disse que era bom”, conta. Além desse relato, foi decisivo o estímulo que os jovens kaingang recebem dos pais e das lideranças da tribo para buscar conhecimento e estudar. “Se os índios não tiverem estudo, qualquer um diz o que quiser sobre nós, não temos a chance de nos defender”, argumenta Marcos sobre a história recente de seu povo. Conforme o relato das pessoas mais experientes do grupo que o jovem integra – alguns com

120 anos de idade –, durante o período de ditadura militar, entre 1964 e 1985, muitas de suas terras foram tomadas, o que fez com que a população se reduzisse à metade. Foi exatamente essa constante luta por direitos que levou o acadêmico a optar pela carreira jurídica. “Sempre ouvia que os direitos indígenas não eram respeitados. Funcionários da Funai e do Ministério Público nos diziam que precisávamos de alguém qualificado na área”, relembra.

**Possibilidade única** – Os dez contemplados anualmente com vagas para o ingresso de indígenas na Universidade têm acesso direto à moradia. Este, aliás, foi outro ponto decisivo para que Marcos tomasse a decisão de mudar-se para Porto Alegre: “Nós viemos do interior e sem o mínimo recurso”. Isso porque, segundo ele, na comunidade em que vivem, a maioria das pessoas trabalha na agricultura como forma de subsistência. “O pouco que temos é para viver e nos mantermos”, observa. Tanto é que eles agora recebem uma bolsa mensal de 900 reais para se manterem por aqui. Isso porque a família de onde vem não tem uma renda mensal.

Até 2010, havia na CEU cinco quartos reservados especificamente para os estudantes indígenas que ingressavam anualmente para morar em duplas. A partir daquele ano, no entanto, os ingressantes precisam procurar quartos para si mesmos, tal como fazem os demais calouros. Assim, compartilham a moradia com quem dispuser de vaga. Na avaliação do jovem kaingang, porém, isso acaba por ser um problema, e vários indígenas desistem de estudar, já que há muita diferença cultural. “A pessoa que não conhece indígena não se sente bem, não sabe como lidar”, avalia. Entre as principais dificuldades está certa timidez dos indígenas, geralmente mais calados que seus colegas de origem urbana. Isso acaba, inclusive, por contribuir para a perpetuação de alguns estereótipos: de que os índios são canibais, meio loucos e andam nus. Marcos

chegou a ser hostilizado ao chegar à Faculdade de Direito pela primeira vez usando calção, camiseta e chinelos. Quando fala de sua experiência na Casa do Estudante, o relato toma contornos bastante curiosos. Ironicamente, acostumado a vagar livremente pelos 30 mil hectares da reserva de onde vem, ele não se sente aprisionado no quarto normalmente considerado diminuto por seus colegas não indígenas. “É mais ou menos a metade do tamanho da oca que temos lá na reserva”, compara. Considerado o fato de que lá a família composta pelo casal e três filhos dividia a habitação de cômodo único, compartilhar o espaço com mais uma pessoa não é, então, um problema. Hoje, no entanto, a situação por lá é diferente: a família recebeu uma casa de três peças de um programa do governo federal. “Antes vivíamos na miséria”, diz.

### “Nós viemos do interior e sem o mínimo recurso”

Até meados de março, o aluno morava em um quarto no terceiro andar da CEU com uma estudante de Odontologia, também indígena; agora compartilha com Josias Mello, aluno de Pedagogia e pertencente ao mesmo agrupamento em Nonoai. Os planos, no curto prazo, incluem redecorar e organizar o espaço recém-ocupado – já que o que está no quarto ainda é, em grande parte, o que fora deixado por moradores anteriores. Mas e o que vai substituir ou complementar as fotos da Porto Alegre antiga e da Faculdade de Direito que estão coladas nas portas do armário? “Flechas, arcos e outras coisas que nós mesmos fazemos”, empolga-se.